

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

GUSTAVO KOSZENIEWSKI ROLIM

**IMPERIALISMO E LIBERTAÇÃO NACIONAL
NAS PRIMEIRAS LEITURAS DA REVOLUÇÃO
EM GUINÉ E CABO VERDE (1960-1974)**

Porto Alegre, Julho de 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

GUSTAVO KOSZENIEWSKI ROLIM

**IMPERIALISMO E LIBERTAÇÃO NACIONAL
NAS PRIMEIRAS LEITURAS DA REVOLUÇÃO
EM GUINÉ E CABO VERDE (1960-1974)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado junto à atividade de ensino “Trabalho de Conclusão de pesquisa histórica” do Curso de História, para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo.

Porto Alegre, Julho de 2018

CIP - Catalogação na Publicação

Rolim, Gustavo Koszeniewski
Imperialismo e Libertação Nacional nas primeiras
leituras da Revolução em Guiné e Cabo Verde (1960-
1974) / Gustavo Koszeniewski Rolim. -- 2018.
71 f.
Orientador: José Rivair Macedo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em
História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Imperialismo. 2. Libertação Nacional. 3. Guiné
Bissau. 4. Cabo Verde. 5. Amílcar Cabral. I. Macedo,
José Rivair, orient. II. Título.

GUSTAVO KOSZENIEWSKI ROLIM

IMPERIALISMO E LIBERTAÇÃO NACIONAL NAS PRIMEIRAS LEITURAS DA
REVOLUÇÃO EM GUINÉ E CABO VERDE (1960-1974)

Trabalho de conclusão de curso apresentado
junto à atividade de ensino “Trabalho de
Conclusão de pesquisa histórica” do Curso de
História, para a obtenção do grau de Licenciatura
em História.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes

AGRADECIMENTOS

Se me perguntassem anos atrás, não imaginava que 2018 seria ano de mais um TCC. Completando o curso em 2013 e o mestrado em 2016, imaginava eu que o ano de 2018 seria o de adentrar nas pesquisas de doutorado. Entretanto, a vida costuma não sair da forma como planejamos. Não apenas pessoalmente, desde 2014 o país veio passando por modificações substanciais nas políticas educacionais, com grandes cortes de verbas iniciava-se o fim da “expansão universitária” que havia ludibriado este estudante a completar as graduações e especializações o mais rápido possível. Tudo mais consolidado e aprofundado com o recente Golpe de Estado de 2016. *Todo cambia.*

São nas mudanças, mais brutas, mais lentas, que percebemos as pessoas que nos permitiram caminhar até este momento. Não poderia deixar de iniciar agradecimentos por outros que não a minha família. Mãe e pai, Eliane e Rogério, sustentam ainda hoje todo tipo de aventura que este historiador inventa no decorrer da formação. O carinho e o apoio incessante é uma das constantes nesses quase dez anos de vida acadêmica. Igual compreensão e carinho ganhei de meu irmão, Guilherme, quem certamente foi uma das pessoas mais animadas pela troca do medievalismo para a atual área. Sem eles muito pouco ou mesmo nada teria alcançado.

Aos meus amigos, Carlos Quadros, Frederico Bartz, Eduardo Peruzzo, Guilherme Nunes, Mateus Meireles, Gustavo Malossi, Fernanda Feltes, Iamara Andrade, Felipe Vargas, Camila Almeida, Daniel Leiria, agradeço pela constituição do GT de História e Marxismo, pelas apaixonadas discussões, acadêmicas ou étlicas.

Agradeço a José Rivair Macedo por receber aquele aluno curioso em viajantes da antiguidade no idos de 2011 e saber fomentar em mim uma forte paixão pela pesquisa.

Agradeço a todos meus camaradas que reforçam constantemente o sonho. Em especial a José Vanderlei, que me ensinou a encarar estes revolucionários como seres humanos complexos e reais, e não meros objetos de estudo acadêmico.

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise da bibliografia sobre a revolução em Guiné Bissau e Cabo Verde durante o período dos acontecimentos, mais propriamente, entre 1960 e 1974. Escolheu-se os termos imperialismo e libertação nacional como os eixos de análise desta literatura, por vezes mais, por vezes menos académica. Procuramos estabelecer se tais termos eram utilizados por meios explicativos e analíticos. Nosso objetivo passa pela interpretação de sua aplicação na bibliografia e de como tais eixos podem ser utilizados para o estudo do processo histórico que aqueles homens e mulheres atravessaram no período já referenciado.

Palavras chave: Guiné Bissau, Cabo Verde, Imperialismo, Libertação Nacional, Amílcar Cabral.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1. Lendo o Imperialismo e a Libertação Nacional.....	19
1. 1. Rompendo a parede de silêncio (1960-1964).....	19
1. 2. Pensando o Império (1965-1967).....	22
1. 3. Entrando na guerrilha (1967-1969).....	26
1. 4. Pensando e repensando a luta (1969-1972).....	33
1. 5. Os últimos momentos (1973-1974).....	37
1. 6. Considerações parciais.....	40
2. Imperialismo e Libertação Nacional: entre a negação e a reafirmação da História.....	43
2. 1. Imperialismo em Lênin... ..	43
2. 2. ...e Amílcar Cabral.....	48
2. 3. Libertação Nacional na teoria... ..	53
2. 4. ...e na percepção da prática.....	58
Conclusão.....	64
Referências.....	67

Introdução.

Nô pintcha

– expressão guineense. Apelo e voz de comando: “Avante”, “em caminho”, “vamos”.

O fenômeno das lutas de libertação nacional em África ainda merece mais atenção dos historiadores. Existe, em grande medida, uma quantidade maior de trabalhos, monografias, livros e artigos que versam sobre o pensamento das principais lideranças (Frantz Fanon, Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah, Agostinho Neto, Mário de Andrade, Thomas Sankara...), do que necessariamente sobre o processo pelo qual passaram aquelas nações, aqueles homens e mulheres. Quando os trabalhos aproximam-se mais dos processos históricos e menos do desenvolvimento do pensamento revolucionário, temos, em um primeiro plano, a literatura escrita no calor dos acontecimentos, em parte divulgação dos feitos e dos pensamentos daqueles homens e mulheres, em parte denúncia da grande repressão e intenção genocida das nações imperialistas e colonialistas.

Há de se referenciar que a produção brasileira do início dos anos 1960 possuiu efêmera euforia sobre os movimentos que ocorriam naqueles países, a partir de um processo de institucionalização dos estudos africanos e asiáticos. Com a fundação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), em 1961, houve publicações e discussões, de caráter histórico e de análises conjunturais do continente, inclusive anticoloniais. Tal iniciativa fazia parte do estabelecimento de uma política externa independente de Jânio Quadros – iniciativa e instituto ambos extinguidos já em 1964 por conta do golpe civil-militar, que desmontou muito das possibilidades de estudo e pesquisa do continente, seja pela subordinação da política externa aos ditames do pentágono, seja pela reforma universitária e o estabelecimento das cátedras atrasadas e eurocêntricas¹. O grande interesse brasileiro pela Guiné Bissau se dará apenas a partir de meados dos anos 1970, com a gradual abertura da ditadura civil-militar e a progressiva (e progressista!) atuação de editoras como a Paz e Terra, Brasiliense, Codecri, etc. Além disto, teremos uma aproximação entre Guiné Bissau e o Brasil através do trabalho de Paulo Freire, que trará para dentro do território brasileiro a

¹ Para um panorama mais elaborado, ver: “As trajetórias dos estudos africanos no Brasil”, de Mariana Schlickmann (2016).

realidade da alfabetização em um país recém-liberto². A partir deste momento, outros tipos de literatura e de trabalhos começam a circular por nosso meio, não só da Guiné como de outros locais e movimentos em África. De qualquer forma, durante o período que estabelecemos para nosso trabalho, a bibliografia brasileira é escassa e raramente toca sobre a libertação nacional de Guiné e Cabo Verde. Seja por dificuldades de acesso, seja pela massiva repressão da ditadura a partir de 1964, temos que nos voltar a autores majoritariamente europeus.

Por outro lado, uma crescente bibliografia segue sendo produzida, ao longo das recentes décadas, desta vez mais interessada no aspecto histórico e na construção social dos pensamentos revolucionários e das próprias nações africanas, de colônias a países independentes. Destes dois tipos destacados, a grande ênfase é no pensamento de Amílcar Cabral. Diversos livros, artigos e monografias versam sobre o pensamento anticolonial, antirracista, revolucionário, aproximando o pensamento de Cabral a uma ou outra corrente, grupo ou mesmo outro revolucionário africano, utilizando-se por vezes de efemérides para a publicação. Seriam os casos do simpósio internacional, e posterior publicação, *Continuar Cabral* (1984) e dos livros *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*, organizado por Carlos Lopes (2011) e *Claim no easy victories: the legacy of Amílcar Cabral*, organizado por Manji e Fletcher (2013), apenas para mencionar três tipos diferenciados da mesma categoria que explicitamos.

Com a independência de Guiné e Cabo Verde, a posterior separação, a constituição de nações, com suas particularidades e culturas nacionais, esta segunda bibliografia, pós-conflitos de independência, abrange tais temas a partir de uma ótica muito mais próxima a relações internacionais e de sociologia. Apenas para citar trabalhos mais próximos temporalmente e de língua portuguesa, para facilitar futuras pesquisas, são os casos de *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde*, de José Carlos Gomes dos Anjos (2006), *Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973) – Organização do Estado e relações internacionais* de Patrícia Godinho Gomes (2010) e *Guiné-Bissau: da luta armada à*

² É desta época a publicação de livros como *Cartas a Guiné Bissau* (1977), *Diário da Libertação* (1977), *Amílcar Cabral – a Arma da Teoria* (1980), *Guiné Bissau: a busca da independência econômica* (1983) e *La-le-li-lo-luta* (1984). O primeiro, cartas de Paulo Freire durante seu trabalho em Guiné; o segundo, um relato de viagem, com prefácio de Florestan Fernandes, citado por nós aqui como uma das grandes influências para as perguntas por nós realizadas; o terceiro, uma introdução à vida e obra de Amílcar Cabral com edição de dois textos de sua autoria; o seguinte, um levantamento das possibilidades e desafios enfrentados pelo país; e o último, um relato de um professor contratado para atuação em Guiné. Esta literatura, característica da “Guiné no Brasil”, escapa, temática e cronologicamente, de nossos intuitos neste trabalho. Deixa-se registrado, todavia, a validade de um estudo a parte sobre a mesma.

construção do Estado Nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994), tese de doutorado de Artemisa Odila Candé Monteiro (2013).

Em parte, podemos creditar esta tendência ao fato de os próprios estudos serem uma das consequências das lutas de libertação: a criação de novos estados-nações, com suas próprias diretrizes e determinação política³. Todos os trabalhos citados contribuem imensamente para a construção de nosso conhecimento dos processos históricos pelo qual passaram aqueles povos e, mesmo, indicam tendências e abordagens que, em si, já são um “prato cheio” para o historiador. Mesmo assim, ainda existem poucos estudos historicamente guiados daqueles processos.

Cabe-nos então fazer aquilo que o historiador faz por profissão: questiona-se. Basta a libertação nacional de um país para a construção do socialismo? Mais: basta o processo histórico de libertação nacional pelo qual homens e mulheres atravessam para que se construam as bases de um novo pensamento e de novos pensadores do socialismo? Os últimos 30 ou até mesmo 40 anos foram tomados para se pensar nas questões pós-coloniais que os estados africanos se encontravam. Não mais colônias diretas, mas certamente não países socialistas. Deste período que passou, muito pouco se investiu em estudos profundos dos processos revolucionários. Uma professora já dissera uma vez ao estudante que ora escreve: cada época tem a sua discussão. Acabaram as discussões sobre a transição para o socialismo porque o socialismo acabou?

Deixa-se a primeira pergunta do parágrafo acima em aberto e, por um segundo, pode-se imaginar que o oposto da libertação nacional é, justamente, o socialismo. Olha-se por um breve relance para os processos históricos que tem (e que reivindicam) este nome e vê-se facilmente que tal processo possui diversos antônimos. Esta pergunta, que abriu nosso texto, não pode, por óbvio, ser respondida neste trabalho. Entretanto, há uma pequena janela que nos permite vislumbrar algumas questões pertinentes a sua resolução. Como as lutas de libertação nacional foram percebidas pela historiografia, estudos sociais e relatos afins durante a época do conflito armado? Adicionando na equação um dos diversos e possíveis antônimos da luta de libertação nacional, o

³ Não estamos ignorando aquilo que será inclusive alvo de nossa pesquisa, o neocolonialismo, fenômeno que estabelece o estado-nação africano como correia de transmissão do imperialismo. Apenas indicamos que as independências criaram, com todos os problemas e de uma forma e outra, estados-nações independentes e soberanos. O nível de soberania e independência em relação a nações imperialistas é alvo de estudo e crítica não apenas no contexto atual africano: cabe dizer se em América Latina, na qual se inclui o Brasil, existe a soberania e a independência das nações e dos povos...

Imperialismo, como tal foi articulado nesta interpretação do que era, contra o que e pelo que lutava a libertação nacional? O mundo pós-segunda guerra sabia muito bem, após o sucesso da Iugoslávia e o perigo dos *partigianos*, que a libertação nacional poderia redundar em socialismo. Após o Movimento 26 de Julho de Raul e Fidel Castro, Che, Camilo Cienfuegos e Célia Sanchez em Cuba, e o próprio desenrolar da Guerra do Vietnã, então, a luta de libertação nacional virou a antessala, se não um *slogan* de fachada da luta socialista – na ótica, é claro, dos imperialistas.

Existem diversos binômios que precisam ser muito bem delimitados quando se trata de África e suas lutas – o mesmo valendo, em muitas medidas, à América Latina – e não trata-se, neste trabalho, de realizar amplo levantamento da visão crítica ao colonialismo em África. O pensamento anticolonial e da *négritude*, surgia desde as primeiras décadas do século XX já como contestadores natos da dominação europeia⁴. Na medida em que trabalhos mais densos e importantes, que levam em consideração a evolução econômica interna e o aprofundamento da dependência africana a partir do colonialismo, começam a surgir a partir dos anos 1950 e início dos 1960, também a crítica ao colonialismo português toma forma. Temos, para utilizar um autor que será constantemente referenciado em nosso trabalho, em Basil Davidson, a denúncia da colonização portuguesa em Angola, em seu livro, de 1954, *The african awakening*. Mas a menção mais honrosa que devemos fazer é, com certeza, a de Walter Rodney. Sua produção, de claro viés marxista, é elemento necessário e obrigatório para pensarmos o passado colonial recente e o próprio futuro da África. A tese de Rodney, *A History of the Upper Guinea Coast, 1545–1800*, de 1966, busca elementos na história da inicial colonização da África por parte dos europeus para explicar as disparidades sociais e econômicas entre os continentes. Suas pesquisas levaram a outro binômio, de razão dialética, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Destrinchado, irrelevantemente aos erros cometidos em *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Rodney batalhou para vencermos uma das principais narrativas burguesas e imperialistas (e, por consequência, colonialista) de que o subdesenvolvimento é contrário ao desenvolvimento e mesmo a sua ausência, e não uma consequência direta deste último. Em especial, do desenvolvimento europeu.

O binômio que escolhemos tratar, justamente, imperialismo e libertação nacional já é, por si só, como apontamos acima, um recorte de estudo. À libertação nacional de

⁴ Para uma primeira aproximação ao assunto, ver a Parte 1 – Descolonização, do livro *O pensamento africano no século XX*, organizado por José Rivair Macedo (2016).

Guiné Bissau e Cabo Verde, muito pode-se contrapor. A literatura que abordamos neste trabalho, vinculada ao período de conflito armado entre os guineenses e cabo-verdianos – liderados principalmente pela figura quase legendária de Amílcar Cabral e o Partido Africano de Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde, o PAIGC – e Portugal fascista, nos trazem diversos elementos que poderiam ser aqui abordados: racismo, colonialismo, fascismo, Portugal, Europa... Nos dez anos estabelecidos pela revolução, de 1963 a 1973, data da declaração unilateral de independência, até 1974, com a Revolução dos Cravos, a literatura que abordava estes acontecimentos (por vezes com profundidade de análise, por vezes relatos jornalísticos) trazem todas estas características. Cabe a pergunta: porque, então, o imperialismo?

Os movimentos de libertação nacional sabiam que, de uma forma ou de outra, a colonização, e, além, a colonização indireta, o neocolonialismo, poderiam se dar a partir de um estado não fascista, ou de um estado democrático. Bastasse que esse fosse um estado imperialista. Para além de muitas das polémicas que a esquerda europeia girava em torno, de questões etapistas, de paradigmas estalinistas ou trotskistas, os revolucionários africanos, principalmente com a leitura de *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, escrito fundamental na construção do pensamento do bolchevique russo Vladimir Lênin (2012), compreenderam o *porque*, dentro do sistema atual do capitalismo, eram colônias. A consequência direta do desenvolvimento capitalista e, posteriormente, do desenvolvimento imperialista é a criação de colônias. Para se tornar independente, não bastava libertar-se, tornava-se obrigatório ser anti-imperialista – e assim se definia não apenas o PAIGC, mas muitos dos partidos e movimentos africanos do final dos anos 1950 e dos anos 1960. Longe de qualquer verbalismo (“assim se falava na época”) ou explicação causal (“se escolheu porque assim se fazia naquela década”), nos parece que tal decisão foi uma decisão consciente e acertada dos movimentos de libertação nacional de África, Ásia e América Latina. A extensão do quanto esse anti-imperialismo e a própria concepção de libertação nacional foi o suficiente para a construção do socialismo ou o estabelecimento de repúblicas democráticas estáveis é outra questão, como já definimos. Os limites que certos movimentos atingiram em suas realidades nacionais, também é outra questão, e não podem apagar uma acertada decisão histórica.

Mas ainda faz-se necessário explicitarmos porque a historiografia da época da luta armada, entre os anos 1963-1974. No título de nosso trabalho consideramos o ano de 1960, não à toa. A fundação do PAIGC data de 1956, e a atuação e crescimento do

partido se dão no final da década. 1960 é o ano da África, segundo a UNESCO, e foi o momento em que se consolidou a grande onda de independência dos países africanos, possibilitou uma segunda onda, principalmente das colônias portuguesas, e, uma vez estabelecida estas independências, trouxe à tona, com força, a discussão do neocolonialismo e das possibilidades (ou não) de construção do socialismo no continente a partir de outros contornos comparado ao momento anterior. Também adotamos como período final o ano de 1974 e não o de 1973. Cremos ser uma questão de justiça. Há de se lembrar, cada vez mais em nossos tempos, das consequências de nossos atos. Mais: da possibilidade de mudança que existe em nossos atos. A Revolução dos Cravos é uma consequência direta das lutas de libertação nacional nos países da África “portuguesa”, uma das histórias de maior acerto tático-estratégico do movimento comunista e de verdadeira solidariedade internacionalista. E não se deve subestimar isto.

Na repartição do primeiro capítulo, dedicado à exposição da bibliografia que levantamos das principais temáticas que tratam e de como entendem o binômio que separamos para nossa análise, tivemos de levar em conta algumas características tanto da própria guerra, quanto mesmo de algumas peculiaridades que as obras nos traziam. Em primeiro lugar, a guerra de libertação em Guiné teve diversas periodizações, por conta de fatores internos do desenvolvimento do colonialismo português naqueles territórios e por fatores externos, como o desenvolvimento da luta no resto do continente, pressões internacionais, atuação e ingresso do campo socialista no apoio dos revoltosos, etc. De fato, o líder do PAIGC e seu secretário geral após a morte de Amílcar Cabral, Aristides Pereira, elenca, em retrospectiva, momentos essenciais da luta. Após a fundação do partido, em 1956, haveriam pelo menos sete etapas da libertação nacional. Seriam eles os momentos de (i) 1959, data do massacre dos estivadores de Pidjiguiti; (ii) a 1961, quando a ação direta é diretriz do PAIGC após o início da luta em Angola; de (iii) 1963, ano que marca o início da luta armada *de fato*; (iv) a 1964, com as novas diretrizes da guerra a partir do Congresso de Cassacá e a vitória dos insurretos na ilha do Colmo; de (v) 1970 com o endurecimento da guerra a partir do atentado a Amílcar Cabral e a invasão de Portugal ao território da Guiné Conakry; (vi) a 1973 com o assassinato físico de Amílcar Cabral e a reorganização do partido e da luta armada, culminando na própria independência unilateral; (vii) e, finalmente, o período advindo da derrubada da ditadura fascista de Portugal, com o movimento que hoje temos por Revolução dos Cravos, em 1974 (Pereira, 1976).

Interessante notar que a própria revolução portuguesa é reivindicada como consequência direta das lutas e Guiné e Cabo Verde por Aristides Pereira. Essa periodização (que comporta, internamente, mais alguns fatos e momentos de valor, como o próprio dirigente pontua em seu texto), é também admitida por Patrícia Godinho Gomes (Gomes, 2010, p. 49 e p. 178). Nossa divisão no primeiro capítulo herda, portanto, elementos da própria etapa das lutas.

Mas qual era o contexto da Guiné-Bissau e Cabo Verde no período que abordaremos? Pontualmente, há de se colocar que o advento da República em Portugal é o que cria a dominação colonialista que irá caracterizar o período seguinte mais propriamente. De fato, a *política indígena* data de 1918, quando a conquista de finais do século XIX se aprofundava. Nos anos 1930, já em regime de Estado Novo, sufocava-se as últimas rebeliões locais com alto grau de violência. Os trabalhadores e camponeses da Guiné Bissau e Cabo Verde entravam, então, para o sistema de exploração colonial de Portugal⁵ (Mendy, 2014, pp. 18-20). A partir dos anos 1930, o aprofundamento da empresa portuguesa para com suas colônias, que vai da nova administração colonial até a elaboração teórica e busca por novas formas de legitimação. A política de assimilação, tentativa do governo português de estabelecer uma porcentagem de africanos “civilizados”, integrando-os na sociedade portuguesa (na teoria, mas não na prática), marcarão profundamente o que Amílcar Cabral caracterizou como a *parede de silêncio* e será minimamente abordado por nós no início do primeiro capítulo (Villen, 2013).

O período pós-segunda guerra, igualmente, realçou a necessidade das colônias de aumentarem drasticamente suas produções para uma Europa que, em primeiro momento, recuperava-se da guerra, e, em um segundo, necessitava deste lastro para manter o “estado de bem estar social” (conquanto Portugal não criará este modelo em seu território nacional). Este aumento de produção não irá, de qualquer forma, trazer para as colônias infraestrutura básica ou investimentos sociais. A consequência deste movimento é o mero aprofundamento dos sistemas de exploração da população africana, conjuntamente com melhoras ínfimas nas estruturas produtivas dos insumos que a metrópole necessita. Quando Amílcar Cabral e demais fundam o Partido Africano de Independência (1956), então, o quadro se caracteriza por ser o de maior

⁵ Veremos brevemente alguns tipos de exploração da mão de obra com Perry Anderson, no primeiro capítulo.

aprofundamento da exploração da mão de obra com a constante submissão da economia original pelas plantações e demais extrações minerais e vegetais em prol da metrópole⁶.

Este pequeno levantamento factual se coloca aqui necessário para situar nossa bibliografia e nosso objeto de estudo. Desta forma, também procuramos discriminar as questões que se tornam mais pertinentes para nós. Como avaliamos a bibliografia da época em questão, alguns fatos serão balizados por ela, havendo preocupações maiores com um assunto e menores com outro – o que não reflete, necessariamente, nossa posição e nossa hierarquização de determinados assuntos. Referente aos anos 1960, veremos muito mais as conformações do que seria o Império e o imperialismo português do que necessariamente o contexto social da Guiné Bissau. Um dos maiores exemplos, ainda nesta linha, é o do próprio assassinato de Amílcar Cabral, quase não tratado por nós. Não por considerarmos assunto menor, longe disso. Como encerramos nosso recorte em 1974, os textos à época caracterizam-se como escritos que mostram o impacto de sua morte, realçam a personagem histórica, sua importância teórica e acabam encerrando-se nisto⁷. Vale novamente a lembrança que esta hierarquização de importâncias refletem as escolhas e as visões da bibliografia na época, e não necessariamente a nossa⁸. Por um ou outro momento tentaremos referenciar em notas de rodapé obras mais recentes e atualizadas sobre os assuntos tratados. Também optamos por separar a bibliografia, no fim do trabalho entre as obras citadas de Amílcar Cabral, as produzidas na década de 1960 e 1970 e as demais referências, para facilitar a visualização e materialização deste recorte e, mesmo, futuros estudos.

Analisar a produção historiográfica, social e política do período da guerra, mesmo que de forma panorâmica, nos revela a tinta moldada *a quente*. A atenção que vemos dos primeiros anos, ao desvelar do colonialismo português, a derrubada da *parede de silêncio*, a divulgação ao mundo de que existem povos lutando por sua própria história, entretanto, não impede de lançar fundamentos para abordagens e

⁶ Para um panorama deste contexto, ver Samir Amin (1972), Fage & Oliver (1984) e *História Geral da África, Vol. VIII – África desde 1935*, editado por Ali A. Mazrui (2010). Esta conformação que transforma e subordina a economia da colônia em prol da metrópole, tornando suas dinâmicas internas dependentes nos leva a uma necessidade, em futuros estudos, de compreender também as lógicas da dependência econômica para compreender alguns becos sem saída que por vezes se encontraram os revolucionários do século XX.

⁷ O assassinato de Cabral torna-se, praticamente desde o ocorrido, um campo historiográfico. Para uma pequena apreciação, com a citação de alguns livros sobre o assunto, ver o artigo de Wilson Trajano Filho (2016, p. 922).

⁸ Um dos atuais campos historiográficos, a pesquisa da tradição negra radical, com a adição ou adoção do marxismo por algumas das figuras políticas do século XX é um dos assuntos que não teremos como abordar no trabalho. Entretanto, referencia-se aqui o estudo de Cedric J. Robinson, *Black Marxism – The making of the black radical tradition* (2000).

perspectivas da guerra. Muitos estudos já de um primeiro período se consolidam como textos incontornáveis no estudo do processo de libertação nacional em Guiné e Cabo Verde. Entretanto, há, a partir dos anos 1970, (embora será principalmente após os acontecimentos do assassinato de Amílcar Cabral, a proclamação unilateral de independência da Guiné e Cabo Verde e a Revolução dos Cravos), certa modificação na literatura que analisamos. Começam a surgir estudos, livros e artigos, que buscam realizar algum tipo de balanço, tanto da teoria como da experiência revolucionária criada por aqueles homens e mulheres. Destaca-se, por exemplo, o livro *Ideologies des indépendances africaines*, de Yves Bénot (1969). Um grande balanço continental de teoria e prática é levado a cabo pelo historiador francês e, uma vez que naquele momento já se está em vias de completar mais de dez anos das independências africanas e da própria existência do partido e da guerra em Guiné, o mesmo se realiza para nosso objeto de estudo. Autores que já acompanhavam o processo ou novos pensadores se juntam para interpretar as diferentes facetas do pensamento de Cabral, das possibilidades de construção do socialismo em Guiné e mesmo de políticas específicas, como a alfabetização.

Analisar esta bibliografia que mencionamos com o recorte temático entre imperialismo e libertação nacional nos permite muito mais do que a princípio se poderia imaginar. É na articulação destes conceitos (ou na falta de), que procuraremos identificar algumas tendências e forma de leitura do processo revolucionário. Como os autores articulavam estes termos como parte de um processo histórico em construção e da negação de outro? Como interpretavam a inter-relação deste binômio? Lembremos que não são termos qualquer e que carregam forte carga interpretativa e ideológica.

Procuraremos realizar pequena definição de imperialismo e libertação nacional no segundo capítulo. A primeira, categoria relativamente bem estudada – embora um tanto abandonada – por historiadores, e cientistas políticos. Entretanto, partiremos das concepções originárias de Lênin, em conjunto com a leitura de Amílcar Cabral e, claro, como foi interpretada a interferência imperialista em Guiné e Cabo Verde por demais autores. Assim também faremos a definição de libertação nacional – este sim, termo pesadamente utilizado nos anos 1960 e 1970, mas que tenha, talvez, definição e estudo mais ligada aos intelectuais orgânicos à revolução, e não necessariamente por historiadores. Utilizaremos em grande medida os escritos de Amílcar Cabral ao longo de nosso trabalho, não por realizar aqui um estudo de seu pensamento, mas por compreender o papel que teve em sintetizar e teorizar as visões do movimento como um

todo, sendo incontornável seu uso para caracterizar conceitos e questões relativas à luta de libertação nacional em Guiné e Cabo Verde.

Para fazer referência (e jus) às influências e já abordarmos minimamente algumas questões de método, as perguntas que abriram esta introdução de trabalho, que serão retomadas por nós em maior fôlego, em outra oportunidade, são a confluência de duas questões colocadas pelos professores Florestan Fernandes (1977) e Lincoln Secco (2004). O primeiro, em breve reflexão sobre Guiné e Cabo Verde pergunta-se se o contexto revolucionário por si só constrói as condições necessárias para o surgimento do novo pensamento e, de certa forma, do novo homem. O segundo, levando em conta o estudo da Revolução dos Cravos, indaga-se se à jusante das revoluções está, necessariamente, o socialismo. Neste trabalho, repetimos um pouco estas indagações, mas estaremos apenas sobrevoando-as, a partir da análise historiográfica, para estabelecer as principais linhas, pensamentos e interpretações do processo de libertação nacional em Guiné e Cabo Verde, o que se ponderou e o que se deixou de ponderar em tal acontecimento histórico. Entretanto estas questões nos acompanharão em nossa leitura, conjugando libertação nacional e imperialismo, como eixos de análise e leitura. Lançando as bases, para, futuramente, conjugar também ao primeiro termo, um mais justo e desejável, o socialismo.

Existem algumas reflexões sobre o método (mais rígido) que poderíamos aqui resgatar de Perry Anderson, em seu *Portugal e o fim do Ultracolonialismo*, que nos serão úteis ao trabalho. Claro, o trabalho de Anderson foi completamente diferente do que o presente percurso que apresentamos. Entretanto, há nele também uma avaliação da historiografia produzida até então cuja reflexão pode aqui nos ajudar no conjunto. Anderson argumenta, ao analisar o ultracolonialismo português (veremos essa definição no primeiro capítulo) que a compreensão da área colonizada passa intrinsecamente pela análise da sociedade e da economia específica da sociedade colonizadora. Este princípio, segundo o próprio, algo próximo a um *truísmo*, seria amplamente desrespeitado pela história liberal e um setor mais conservador da sociologia. Seria ainda uma necessidade dos estudos de colonização e descolonização, sempre colocar em perspectiva comparativa os próprios imperialismos das nações colonizadoras.

O verdadeiro desafio, entretanto, seria conciliar, na medida dos postulados acima, o diacrônico com o sincrônico; ou, a estrutura, com o processo. No caso da história liberal, que desconsidera estas questões, a análise teria se transformado em um “capricho cronológico”, uma “narrativa promíscua sem método e sem princípio”.

Criticando por vez a sociologia mais conservadora (mas poderia muito bem ser ainda a história, principalmente a contemporânea), afirma que esta área de conhecimento “torna-se um universo alucinante de abstrações estáticas e vagas, cuja única relação com a realidade social concreta é a sua consagração final e impalpável” (Anderson, 1965, p. 190). Sua reflexão termina com a defesa do materialismo histórico dialético, sendo única corrente de pensamento que contempla, segundo o autor, a análise estrutural e a experimental, sendo “historicamente pura”, ao negar essências super-históricas, e de “funcionalismo radical”, ao considerar, ao mesmo tempo, as sociedades como totalidades significantes (Anderson, 1965, p. 191) – ou, em nossas palavras, um todo analítico. Fazemos coro a essa defesa e metodologia do historiador inglês.

Mas em que sentido? Nosso trabalho é, meramente, uma análise de dois conceitos a partir do levantamento de bibliografia produzida durante o momento revolucionário em Guiné Bissau e Cabo Verde. Entretanto, em um nível de abstração bem menor, procuramos realizar o movimento acima. A bibliografia por nós analisada nos coloca a necessidade de termos diversos pressupostos sobre a revolução em Guiné, o colonialismo português, o imperialismo enquanto nova fase do capital, etc. Intendemos a analisar estes textos relacionando-os minimamente com a situação e o contexto – colonial e da luta dos povos pela sua libertação. De nada bastaria uma história das concepções abstratas de imperialismo e libertação nacional sem mencionar minimamente este movimento na sua dura realidade⁹.

Outro ponto a se atentar, que já fizemos breve referência acima, é o de que a bibliografia utilizada aqui não reflete de forma nenhuma a bibliografia atualizada e especializada sobre nosso objeto de estudo. Reunimos uma amostra considerável de obras que datam de 40 ou mesmo 50 anos e nosso objetivo é analisar a constituição e evolução da percepção da revolução nesta bibliografia, utilizando os dois conceitos mencionados. Desta forma, cabe dizer não estamos percebendo estas obras como referências primárias e totais – elas constituem, mais propriamente, nosso objeto. Nosso trabalho pode, também, causar o isolamento destes posicionamentos e leituras dos anos 1960 e 1970 a ponto de “congelar” as impressões e, principalmente, aspirações sobre o futuro de Guiné nos momentos de sua escrita. O historiador sabe o futuro do passado e

⁹ Tentaremos realizar este movimento, como Benot bem apontou, sobre as relações contextuais que interferem na produção do pensamento revolucionário (Benot, 1971, pp. 9-10), a partir da consideração da cronologia dos acontecimentos, dispondo assim nossa bibliografia, como já mencionamos. Também tentaremos manter presentes os textos de Amílcar Cabral e outros que nos permitam avaliar o desenvolvimento da luta de libertação nacional.

não pode se desvencilhar do que já ocorreu, só porque fechou seu recorte de estudo. Neste sentido, há de se pontuar o quanto os problemas pós-independência em Guiné Bissau e Cabo Verde sugeriram quase que imediatamente após o período de 1973-74, as graves crises econômicas que afetaram o país e os numerosos golpes militares que se sucederam no país após 1980. Não apenas isto, em 1981, também, ocorre a separação em definitivo dos dois países que Amílcar Cabral conjugava como um só em sua visão de libertação nacional¹⁰. Neste sentido, reafirmamos o sentido proposto pelo nosso trabalho: longe de ser uma avaliação historiográfica completa do processo revolucionário em Guiné Bissau e Cabo Verde, longe de ser uma avaliação completa do pensamento de Amílcar Cabral em referência a imperialismo e libertação nacional, procuraremos aqui traçar as principais linhas de pensamento, avaliação e leitura do processo revolucionário a partir dos textos contemporâneos.

Marx segue dizendo por aí que o início, na ciência, é sempre a fase mais difícil. Se tivesse conhecido os guineenses, talvez o alemão emendasse: *Nô pintcha!*

¹⁰ Para um balanço do processo revolucionário a partir da constituição da “nação crioula”, ver *O projeto nacional na Guiné Bissau: uma avaliação*, de Wilson Trajano Filho. Vale também a leitura, para se estabelecer alguns conceitos que tomamos “por dado” em lutas de libertação nacional, o artigo de Michel Cahen, *Anticolonialism & Nationalism: Deconstructing Synonymy, Investigating Historical Processes* (2012).

1. Lendo o Imperialismo e a Libertação Nacional

1. 1. Rompendo a parede de silêncio (1960-1964)

Talvez seja ainda cedo para escrever a história da libertação das colônias portuguesas.

Mas os que um dia a escreverem não poderão esquecer um fato que influenciou decisivamente o desenvolvimento dessas lutas, quer na sua dinâmica interna, quer nas suas relações com o mundo exterior: a parede de silêncio erguida à volta dos nossos povos pelo colonialismo português.

- Amílcar Cabral, Prefácio a “A Libertação da Guiné”, Outubro de 1968

O historiador deve sempre ficar muito atento aos silêncios. Por vezes, nada mais são do que o desenrolar de mentiras ensurdecedoras. No momento da publicação das palavras citadas acima, os e as guineenses, guerrilheiros, militantes e ativos na causa da libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde, estavam em vias de completar dez anos de luta contra Portugal fascista. Naquele momento, as principais características do confronto já estavam traçadas, grande parte do território já liberto e o partido e a principal liderança do movimento, o PAIGC e Amílcar Cabral, já traçavam planos para as próximas fases da luta – que seriam as últimas. Mesmo assim, a década que precedeu as palavras acima, de um dos principais líderes revolucionários africanos, são de um incipiente e lento desvelar das lutas de libertação nacional em Guiné e Cabo Verde por parte do restante do mundo – inclusive do restante da África. O desbravamento, descobrimento das lutas daqueles povos dar-se-ia justamente a partir da derrubada de silêncios e mentiras.

Todo este conjunto de questões nasce como muitas das características do século XX nasceria: do segundo pós-guerra. A fundação da Organização das Nações Unidas e, na construção de um mundo que queria superar os horrores do Nazi-fascismo, a Declaração Universal dos Direitos dos Homens (1948), trazem questões que irão moldar a relação das metrópoles europeias para com suas colônias africanas, não mais podendo repetir as mesmas justificativas ideológicas dos últimos cinquenta anos. A partir dos documentos da ONU, os países africanos e asiáticos teriam direito a sua autodeterminação e, portanto, a um governo independente¹¹. Em Portugal, a política

¹¹ Um duplo comentário a se resgatar neste sentido é de suma importância. Primeiro, é difícil crer que este saldo “humanizador” das relações entre as nações, cujas palavras de autodeterminação e antirracismo, defendidas historicamente pelo movimento comunista, seriam adotadas pelas Nações Unidas sem a retumbante vitória da União Soviética sobre o Nazismo. Em segundo lugar, vemos que as nações europeias também dificilmente adotariam tais noções e princípios se não tivessem “experimentado” um sistema de colonização interno – será Frantz Fanon, resgatando Aime Cesaire, quem dirá que o nazismo nada mais foi do que o sistema colonial aplicado em terras europeias (FANON, 2008, pp. 87-89). Dado

colonialista passaria por uma transformação frente à conjuntura que não mais aceitava o discurso unicamente racista e de ocupação militar dos territórios africanos. Patrícia Villen analisa de forma competente a progressiva mudança das justificativas portuguesas para manter a dominação principalmente em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Das décadas de 1930 a 1960, pôde-se perceber a mudança do “racismo cristão português” para a concepção de benefícios intrínsecos da colonização, a partir da noção de igualdade racial e da harmonia da convivência racial. A *política de assimilação* será a expoente deste processo, sendo a justificativa ideológica de Portugal para manter suas possessões africanas frente às pressões internacionais e da ONU. O discurso de unidade indissolúvel entre Portugal e suas colônias, associado às leituras de Gilberto Freyre da mestiçagem como valor positivo de uma formação nacional, foram os elementos chave para uma nova fase de dominação colonial¹².

É esta a “parede de silêncio” construída. As justificativas ideológicas são fortemente e minuciosamente desenvolvidas para manter os aparatos repressivos e de exploração – entretanto, elas também constituem, inversamente, novos elementos para sua contestação: a crítica anticolonial e a luta pela libertação nacional. Os revolucionários africanos constituirão seu corpo teórico de contestação e luta justamente a partir das ideias de *negritude*, desenvolvidas na década anterior, também lançando mão desta nova gama de possibilidade provenientes dos documentos e diretrizes da ONU. Neste sentido, organizações como o Comitê de Descolonização, eram utilizadas para reforçar a legitimidade da luta, elementos estes inexistentes para as gerações passadas¹³. Cabe mencionar, entretanto, que embora haja um quadro novo nas correlações de força e nos elementos externos da conjuntura, de nada estes serviriam sem um povo disposto e líderes capazes de canalizar as insatisfações para a luta de libertação nacional. Neste sentido, nos alinhamos a Patrícia Villen: “A verdadeira contestação do sistema de colonização do ocidente [...] teve abertura no contexto internacional somente por meio das lutas concretas de libertação, asiáticas e africanas, e

que o nazi-fascismo foi o representante do anticomunismo e a versão final da degeneração da ideologia burguesa, esta afirmação está longe de ser uma simples analogia e mereceria estudo profundo à parte.

¹² E, acrescente-se à análise de Patrícia Villen àquela de Lincoln Secco: era não apenas as legitimações externas: eram o sistema superestrutural que garantia todo o aparato do Estado Novo (VILLEN, 2013 e SECCO, 2004). Veremos esta questão exposta também em Perry Anderson, Gerard Chaliand e Basil Davidson, adiante.

¹³ Sobre a legitimidade da luta armada dada pela ONU e o Comitê de Descolonização, ver: “Comitê de descolonização da organização das nações unidas e a legitimação da luta armada nas colônias portuguesas: 1965-1974”, de Aurora Almada e Santos (2009).

do concomitante desenvolvimento da corrente de pensamento anticolonial” (VILLEN, 2013, p. 33).

É neste primeiro período, portanto, que o economista e cientista político Ronald Chilcote procurará denunciar o império e o colonialismo português. A princípio, o foco é na “crise em Angola”, quando Salazar via-se sozinho nas Nações Unidas, com moção de repúdio aprovada mesmo pelos Estados Unidos, que seguirá dando apoio, posteriormente a Portugal, através também da OTAN¹⁴. Não apenas isto, o Império Português sofria, naquele momento, uma de suas graves crises, que iriam se arrastar e se agravar ao longo dos anos 1960. Em relação à oposição interna temos as eleições de 1958, em que o General Humberto Delgado havia angariado uma porcentagem considerável de votos e a subsequente reforma das plataformas eleitorais. Cada vez mais a pergunta tornava-se “como iria o Império Português se sustentar a partir de então?”. O subsequente endurecimento do sistema foi uma das respostas mais rápidas e efetivas. Para Chilcote, entretanto, uma das maiores ameaças a Salazar seria justamente os monopólios e as aproximadamente onze famílias que controlavam a economia de Portugal naquele momento. Esta relação, de “ancoragem”, mas também de instabilidade entre os detentores do capital português e seu representante político é aludida pelo pesquisador como amostras de que a economia portuguesa já refletia o início dos confrontos em suas colônias¹⁵ (Chilcote, 1961, pp. 381-382).

A luta em Guiné Bissau é mencionada apenas como mais um movimento da instabilidade de Salazar (Chilcote, 1961, p. 386). Em artigo do ano seguinte, mais breve, porém também mais enfático, Chilcote afirma novamente o Império Português prestes a ruir, com a impossibilidade de este sustentar a luta que segue em fortes termos em Angola (Chilcote, 1962). Injusto, porém irresistível, é chamar a atenção para com o fatalismo, que o autor, em 1961-62, trata da queda do colonialismo português. A falta de uma análise sobre o processo em Guiné e Cabo Verde também chama atenção, como mais uma amostra da *parede de silêncio*. Injusto porque o mesmo autor, nos anos seguintes, já publicaria textos, sobre a África “portuguesa”, incluindo Guiné e Cabo Verde, além de artigos sobre o pensamento de Amílcar Cabral. Irresistível, entretanto, pelo fato de sabermos, de antemão, que a guerra nas colônias africanas se arrastariam ainda por quase quinze anos. Claro, com a intervenção da OTAN em favor de Portugal e

¹⁴ Esta mudança de voto terá uma justificativa interessante por parte de Perry Anderson, veremos logo adiante.

¹⁵ De fato tanto Perry Anderson, quanto Gerard Chaliand e Basil Davidson registram em seus livros a queda do lucro dos monopólios portugueses após o início das lutas armadas.

o próprio endurecimento do regime, é normal que a conjuntura e as perspectivas de futuro se alterem com certo grau de facilidade de ano em ano...

De fato, em 1961, temos uma importante contribuição para a denúncia e para o marco da luta de libertação nacional em Guiné e Cabo Verde. O pronunciamento de Amílcar Cabral, conhecido como *Relatório Geral*, visa explicar a situação e a natureza do colonialismo português, bem como as justificativas e a justeza das lutas destes povos contra o império lusitano. Este é documento chave para a compreensão do que Amílcar Cabral procurou denominar como a necessária derrubada da *parede de silêncio*, que estava imposta à Guiné Bissau em relação às nações europeias, mas mesmo entre outros países africanos. Mais que do isso, trata-se de um texto que revela uma visão de mundo e o amadurecimento de uma tarefa histórica, segundo o próprio Amílcar Cabral: “A destruição do colonialismo e a luta contra o imperialismo constituem-se em uma das características essenciais de nosso tempo” (Cabral, 1980, p. 31) De fato, a partir de uma breve recapitulação da constituição do imperialismo no mundo pré e pós-primeira guerra mundial, da partilha da África até o acirramento da luta de classes e a criação do campo socialista, Cabral caracteriza Portugal como uma semi-colônia do imperialismo britânico. A luta dos guineenses e cabo-verdianos contra o colonialismo era, então, uma contribuição destes povos na luta contra o imperialismo (Cabral, 1980, pp. 32-34). Voltaremos novamente a estas concepções de Cabral novamente quando adentrarmos com mais propriedade nas concepções de imperialismo e libertação nacional.

1. 2. Pensando o Império (1965-1967)

É agora evidente que o Império português está chegando ao seu fim

- Perry Anderson, “Portugal e o fim do ultracolonialismo”, 1966

Se é, então, entre o imperialismo e o colonialismo que se dará a libertação nacional, carece-se, portanto, de uma mínima análise sobre estas estruturas e eventos conjunturais. O livro de Perry Anderson, *Portugal e o fim do ultracolonialismo*, é, além de um dos raros livros sobre o assunto que por ora nos dedicamos editado no Brasil ainda nos anos 1960 (no caso, 1966, pela Civilização Brasileira), uma tentativa de síntese deste momento, explicação para a ruína do império português e perspectivas da libertação nacional nas colônias portuguesas. Ruína esta que será, já na abertura do livro, reivindicada tal qual Chilcote, anos antes, tentava antecipar.

O estudo de Perry Anderson segue, como mencionamos sua metodologia na introdução, a partir dos dados estruturais do imperialismo português, e é nesta definição que o pensador inglês irá mas se debruçar. Dado a penetração de capital estrangeiro tanto em Portugal quanto em suas colônias, e sua total dependência deste, os baixos índices de vida da própria população metropolitana e o fascismo sobrevivente (e pontua fortemente pela caracterização do salazarismo enquanto fascismo), Anderson procura trabalhar com a noção de *ultracolonialismo* para especificar o tipo de dominação imperialista de Portugal, considerando-a uma “anomalia” imperialista. Ou, ainda, a mais *primitiva* e a mais *extremista* modalidade de colonialismo (Anderson, 1966, pp. 14-17).

Um dos pontos cuja atenção de Perry Anderson se dá de forma competente é a articulação entre a forma de trabalho e exploração dos africanos para com o tipo de colonialismo lá implementado. As formas de exploração derivadas do trabalho forçado, voluntário, emigrante, etc. ajudam a estabelecer o tipo de dominação que se dá àquelas populações (Anderson, 1966, pp. 40-47). De fato, é a partir das classificações dos trabalhos forçados que é possível realizar a real compreensão das necessárias legitimações ideológicas do império, aonde o corpo de leis e as justificativas raciais tomam corpo¹⁶ (Anderson, 1966, pp. 72-76). Entretanto, estas são sempre tratadas por Anderson como as singularidades do primitivo. O modelo imperialista português derivaria de um grande atraso “econômico e social de muitos séculos” e o processo de justificativa ideológica para sustentação do modelo é compreendido como um pensamento “mágico”, “pré-racional”, “pré-industrial” e pré-Galileu... o imperialismo Português para Anderson carrega a “marca do primitivismo”¹⁷ (Anderson, 1966, pp. 81-84). Outro dos motivos já listados para Anderson ter criado a nomenclatura de *ultracolonialismo* para a dominação portuguesa é justamente a atuação dos monopólios. Embora Portugal exportasse capital às suas colônias (e havia o Banco Nacional Ultramarino e a Companhia União Fabril para tal), o grande montante derivava de capital estrangeiro. A partir de concessões e de empresas mistas criadas pelas estatais e

¹⁶ Mencionadas *en passant* no início do capítulo, mas de importância resoluta para a compreensão de toda a luta de libertação nacional na África “portuguesa”. Neste sentido, indicamos novamente a leitura de Patrícia Villen (2013).

¹⁷ Uma questão historiográfica que se coloca aqui é em relação ao ultracolonialismo, mas também ao imperialismo. Michel Cahen, a partir da leitura de *The Third Portuguese Empire*, de William Gervase Clarence Smith, procura rebater a percepção de Perry Anderson de ultracolonialismo, assim como da posição de Portugal no imperialismo mundial a partir da “tradição leninista” (1987). À parte desta discussão historiográfica, que segue, o retorno à Lênin que faremos no segundo capítulo, se dá por um duplo movimento: perceber as origens do conceito, que é bem delimitado e definido; e apresentar as possibilidades legadas à concepção de libertação nacional, que procuramos analisar em seguida. Uma maior apreciação e crítica aos argumentos de Clarence Smith e Cahen deverão vir em outros trabalhos.

companhias (principalmente inglesas, mas também francesas e alemãs), as riquezas das colônias africanas, principalmente a mineração, eram exploradas pelas grandes nações imperialistas. Que o apoio da OTAN se desse de maneira tão enfática, como veremos adiante, não é de se espantar.

Mas e a libertação nacional? Mesmo com as pequenas concessões que no princípio da guerra foram dadas pelos portugueses e o próprio início do confronto de forma mais direta, Anderson percebe e já afirma, conforme analogia com o confronto vietnamita, que a mobilização permanente e a guerra seriam as únicas garantias da própria independência daqueles países (Anderson, 1966, pp. 121-122). O que Anderson ressalta como sendo uma das saídas para a completa libertação daqueles povos seria a unidade africana e a inevitável internacionalização do conflito – principalmente a partir das bases de território amigo que se realizava naquele momento. Congo para Angola e Guiné-Conakry para Bissau. Outra virada no conflito é vista como a entrada dos países comunistas no tabuleiro. Dada a relativa negligência em relação a importância do movimento comunista nas lutas de libertação nacional (em África, na Ásia ou América latina...), valorizamos a citação direta:

A assistência ou até as simples manobras dos países comunistas em apoio dos movimentos de independência nacional sempre agiram como acelerador decisivo do processo de descolonização. É o que se poderia chamar de "efeito de canhão" no conflito. Não é tanto seu impacto sobre o movimento nacionalista que importa, mas sobretudo seu impacto na política da potência colonial em relação ao movimento nacionalista - ou mesmo, numa fase mais adiantada mas não menos significativa - na política de seus aliados ocidentais em relação à potência colonial. Nesse sentido, os russos sempre tiveram razão em afirmar que a simples "existência do campo socialista" constitui uma assistência enorme para o movimento de libertação nacional no mundo subdesenvolvido (Anderson, 1966, p. 160-161).

Vale a lembrança que é deste momento, 1966, o texto de Amílcar Cabral intitulado “A Arma da Teoria”. Uma das reflexões que mais será lembrada e citada do líder revolucionário. Neste texto, em verdade uma intervenção na Conferência Tricontinental¹⁸, em Cuba, Cabral discorre sobre a importância inequívoca da teoria em um movimento revolucionário, parafraseando Lênin ao dizer: “se uma revolução pode falhar, ainda que nutrida de teorias perfeitamente concebidas, ninguém ainda praticou com sucesso uma revolução sem uma teoria revolucionária” (Cabral, 1979, p. 123). É

¹⁸ Esta conferência deu origem à Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, organização que preconizava a luta contra a globalização, imperialismo e o colonialismo. Editou até o início dos anos noventa revista que levava o nome da conferência que a fundou *Tricontinental*.

neste texto também que vemos a definição de imperialismo de Cabral muito próxima a de Vladimir Lênin, como estágio superior do capitalismo – e produtor das formas de dominação conhecidas como colonialismo e neocolonialismo. Não apenas isto, Cabral identifica a libertação nacional enquanto forma de negação e superação do quadro imposto aos povos africanos (mas também asiáticos e latino-americanos) pelo imperialismo (Cabral, 1979, pp. 127-130).

Retornando a Ronald Chilcote, em seu livro *Portuguese Africa*, de 1967, temos uma melhor visão da situação de dominação e de luta no continente do que os breves artigos citados acima. De fato, seu livro é muito mais uma procura pelas origens e causas das atuais formas de colonialismo e das reivindicações por independência dos países africanos. A dualidade de um imperialismo calcado a partir de uma nação praticamente subdesenvolvida, a partir de uma leitura de longa duração do colonialismo dos séculos dezesseis e dezessete, até as contemporâneas teorias raciais são trazidas a tona em suas conclusões. De fato, mesmo a tese de Perry Anderson, do *ultracolonialismo*, acaba encontrando eco. Característico do desenrolar dos acontecimentos dos anos 1960, o livro de Chilcote estabelece muito bem, nas perspectivas, aquilo que será a grande disputa pela permanência da dominação de Portugal, representada pelo apoio estadunidense e o alinhamento da África do Sul, por um lado; e dos países já independentes, com sua atuação, além de auxílio direto na luta, também na atividade parlamentar, na ONU (Chilcote, 1967, pp. 123-128).

A grande ausência na reflexão de Chilcote é a caracterização da luta de libertação nacional e no elemento articulador do imperialismo. Se é bem verdade que Chilcote já parte de algumas conclusões de Perry Anderson, principalmente das inter-relações entre imperialismo e *ultracolonialismo*, de resto o elemento articulador das lutas dos povos africanos parece ser, em muito, o “nacionalismo” enquanto uma continuidade das resistências passadas, a qual chegam a ser denominadas de *tribais*, ou, mesmo, do nacionalismo enquanto simples “movimento de uma nação”. A especificidade e peculiaridade é, claro, a partir de que as lutas agora organizadas ameaçam seriamente a extensão não apenas do Império Português como do próprio futuro de Portugal. Mas de fato, o que querem os movimentos nacionalistas? Independência e libertação nacional, as respostas mais óbvias. Chilcote ainda possui artigo em que analisa o pensamento de Amílcar Cabral definindo-o como pensador anti-imperialista e as tarefas do movimento de libertação nacional (Chilcote, 1968). Entretanto, tanto Perry Anderson quanto Ronald Chilcote dissertam muito sobre o “o

que” e menos sobre o “como”, e “de que forma” e, talvez o mais profundo “com que conteúdo”. A construção de uma nova sociedade, a metodologia interna da guerrilha e as bases pelas quais será possível compreender *realmente* o pensamento daqueles movimentos de libertação nacional e o próprio pensamento de Amílcar Cabral veio com a abordagem interna destes movimentos. Era hora de levar a caneta até a *kalashnikov*.

1. 3. Entrando na guerrilha (1967-1969)

Em uma gaveta da mesa que servia de estante, havia algumas edições do jornal Le Monde. Ao lado deles, vários livros para o uso dos quadros: A Resistência Triunfará, da imprensa de idiomas estrangeiros de Hanói; A Guerra de Guerrilha, de Che Guevara; os Escritos Militares de Mao Tsé Tung; e uma edição especial da Partisans dedicado à África.

- Gerard Chaliand, “Armed Struggle in Africa”, 1967, p. 37

A partir de agora, teremos disponível a visão por dentro da guerrilha, a partir de Gerard Chaliand e Basil Davidson. Os dois escritos exercem ainda influência nas bibliografias recentes, tanto em avaliação geral ou como fonte primária, e suas visões sobre o processo revolucionário liderado pelo PAIGC e por Amílcar Cabral ajudaram a articular melhor noções que antes estavam isoladas e, certamente, a destruir a *parede de silêncio*. O livro de Chaliand, *Armed Struggle in Africa – with the guerrillas in “portuguese” Guinea* (original de 1967) parece ter sido um tanto quanto pioneiro neste sentido. Dando grande atenção ao contexto local e ao dia a dia dos revoltosos, o autor ao mesmo tempo encara e procura escancarar os interesses capitalistas nas colônias. Há ainda, curiosamente, um tratamento quase carinhoso do francês aos guineenses ao classificá-los como *maquis*, nome empregado para as guerrilhas francesas da segunda guerra mundial contra a ocupação nazista. Veremos tratamento semelhante também em Basil Davidson, entretanto, as ligações que este fará com forças socialistas (Iugoslavas e vietcongues) é muito mais evidente.

O quadro da conjuntura internacional que Chaliand depara já difere bastante ao que os dois historiadores anteriormente depararam-se com o início dos conflitos armados. Portugal começa a receber as primeiras ajudas advindas da OTAN (EUA e Alemanha Ocidental as principais), os gastos econômicos aumentam, o que poderia exigir de Salazar naquele momento uma “drenagem de capital”, além do aumento do tempo de serviço militar obrigatório. As questões que movem Chaliand são bem diferenciadas das propostas mais acadêmicas anteriormente analisadas por nós. O autor

se guia através das seguintes perguntas: através de quais métodos concretos permitiu-se iniciar a mobilização das massas camponesas? Qual a natureza do processo pelo qual eles eram ganhos para a sua causa? Como eram organizados? Qual a função dos comissários políticos – aqueles dentre as unidades de combate e os que diziam respeito à população? Como um líder revolucionário como Amílcar Cabral fala com a população? Através de que tipo de discussão ele convencia os camponeses a intensificar sua participação na luta e aumentar seu nível de produção? A resposta a essas perguntas, possibilitaria, segundo Chaliand, “delinear a sociologia interna de um *maquis* africano” (Chaliand, 1967, pp. xiii-xv).

Claro que para partir a essa sociologia interna era necessário avaliar minimamente as condições do surgimento deste movimento. Com a mesma leitura dos outros autores que apresentamos, avaliação de que Chaliand parte é a da completa dominação econômica que o monopólio da Companhia União Fabril (CUF) detinha sobre o comércio exterior de Guiné, e ao mesmo tempo, da progressiva abertura que Portugal vinha fazendo ao capital estrangeiro e aos monopólios internacionais (Chaliand, 1967, pp. 5-8).

Outro aspecto, que difere Chaliand de Anderson e Chilcote, é a inserção das bases societárias da população da Guiné em suas ponderações. Embora exista em alguns momentos binarismos como islamizados e animistas, gerontocracias e sociedades estratificadas, etc.¹⁹, a ideia geral é a de compor o quadro social não apenas da dominação portuguesa (suas políticas para cada grupo, por exemplo), mas também da construção das lutas de libertação. A divisão entre a população rural e a urbana se destaca em sua avaliação e, naquele momento, o PAIGC mobilizava todos os seus quadros para o convencimento e a expansão de suas bases no interior. Em 1963, o partido já estabelecia três níveis de luta: a econômica, na destruição dos armazéns da CUF e na troca de cultivo de amendoim para arroz nas áreas libertas; a política, no estabelecimento de bases militares nas florestas, para o contínuo trabalho político entre a população; e a militar, no assédio incessante ao inimigo, dando atmosfera desmoralizante de insegurança aos soldados portugueses.

¹⁹ De fato, ambos Chaliand e Davidson expressam-se de forma pejorativa às superstições dos povos africanos – como coisas que seriam naturalmente superadas pela luta. Em que pese a justa preocupação de fundo dos dois autores, qual seja, a conquista de direitos humanos básicos por aquelas populações, como a educação e, principalmente a alfabetização, questões mais que elementares, é ainda uma questão no mínimo estranha para se apontar como efeito civilizatório da guerrilha – visto, por exemplo, a larga emancipação feminina que ocorria conjuntamente. De qualquer forma, não levavam os portugueses crucifixos e rosários à guerra?

O ano de 1964 tem de fato sua importância dentro do desenvolvimento da luta. O congresso de Cassacá²⁰ realiza não apenas a divisão do país em zonas estratégicas, a proposição de modificação da estrutura partidária (para lidar com o aumento de seus quadros), a formação e organização das regiões libertadas para substituir os portugueses administrativa e economicamente (organizando no sul as “Lojas do Povo”, que reorganizaria o comércio em detrimento das necessidades do povo), e a reorganização militar, como cria as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP)²¹ (Chaliand, 1967, pp. 23-26). Também é o ano em que as unidades especiais equipadas com canhões e armas automáticas antiaéreas foram formadas. Estas armas vieram da Checoslováquia e da URSS, aprofundando também a concepção de apoio internacionalista indicado por Perry Anderson, entretanto, agora de forma prática – e não apenas com as armas, mas também com o auxílio na formação de médicos e enfermeiros também pela União Soviética e nas instituições de ensino, com ajuda iugoslava e da Alemanha Oriental (Davidson, 1975, p. 123).

Outros aspectos da libertação nacional, menos deliberações partidárias e mais questões que tem um cunho prático e de fundo, se dá a partir da constante exortação de Amílcar Cabral de que a revolução se faz para que o trabalho se liberte da exploração (Chaliand, 1967, pp. 32-33) e, a partir da fala de jovens guerrilheiros, da necessidade da construção e desenvolvimento do país (Chaliand, 1967, p. 48). Também se torna uma constante o direito que as mulheres começam a adquirir com o processo revolucionário. Destaca-se a participação feminina nas *comissões de tabanca*²² e na exortação de Cabral de igualdade de tratamento de gênero na decisão dos matrimônios, profissão e ensino (Chaliand, 1967, pp. 59-61). No livro há destacada a enfermeira e guerrilheira Titina, que, pela descrição do autor, foi cercada por outras mulheres com curiosidade aguçada²³ (Chaliand, 1967, p. 94).

²⁰ Aludido por Aristides Pereira como um dos momentos chave nas “fases” da luta armada, que referenciamos na introdução. É o momento de avaliação e reavaliação do país por parte do partido, uma vez deparado com outra realidade que começa a desvelar-se nas zonas libertadas (Aristides, 1976, p. 6). Davidson também alude este momento de crítica e autocrítica na avaliação de um militarismo ou mesmo montanhismo que tiveram de ser corrigidos no interior da luta (Davidson, 1975, p. 136).

²¹ Para um aprofundamento mais competente, ver “A importância das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) na luta pela libertação de Guiné-Bissau”, de Patrícia Godinho Gomes (2010a).

²² Tabanca, em crioulo guineense significa aldeia. As eleições das comissões do Partido ganham então o nome de “comissões de tabanca”. Em assembleia, os aldeões elegem as comissões de cinco, sendo sempre duas mulheres e três homens (Davidson, 1975, p. 97). Estas eram instrumentos de direção e administração das aldeias nas áreas libertas.

²³ A emancipação feminina na revolução da Guiné e Cabo Verde está presente na bibliografia a partir de Davidson e Chaliand. Entretanto, irá ganhar projeção e atenção própria a partir do final dos anos 1970, com o livro de Stephanie Urdang, *Fighting two Colonialisms – woman in Guinea-Bissau* (1979). Para

Para Gerard Chaliand, já é possível realizar uma importante reflexão e crítica neste momento: qualquer espécie de apoio internacional (seja soviético ou chinês) não deveria gerar imobilismo nos movimentos de libertação e, talvez pior que isso, que não devesse se importar, junto com o apoio, uma teoria pronta de aplicação imediata na realidade colonial. Não apenas isso, o autor elenca também a questão do neo-colonialismo: ao não se conciliar a revolução social com a libertação nacional, a tendência é a ascensão de governos pró-antigas metrópoles (Chaliand, 1967, pp. 105-106). Entretanto, seguidamente Chaliand, ao afirmar que a luta armada é a tática do momento e do continente, admite que o futuro irá pertencer ao grupo político que melhor articule a população à luta, e não necessariamente o que tiver o programa mais progressista (Chaliand, 1967, p. 111).

Dedicando-se aos interesses estrangeiros na Guiné, Chaliand ressalta o quanto todos os empreendimentos portugueses na Guiné estão direta ou indiretamente afiliados com os grandes monopólios internacionais. Mesmo o Banco Nacional Ultramarino, português, possuía já ligações a bancos estrangeiros, como o Banco Hispano-Americano (precursor do Santander), o Comptoir National d'Escompte de Paris (hoje, após nacionalização, re-privatização e fusão o BNP Paribas) entre outros. Da mesma forma, a Companhia União Fabril (CUF) e outras estatais portuguesas já apareciam completamente atreladas à empresas da Alemanha Ocidental, da França e dos EUA, em praticamente todas as áreas de extração e produção (Chaliand, 1967, p. 135).

Não a toa vemos o historiador Basil Davidson com abordagem semelhante a de Gerard Chaliand em seu *A libertação da Guiné* (original de 1969). De fato, o britânico já havia escrito o prefácio para o livro de Chaliand e sua atenção já estava virada para África desde pelo menos 1954, como mencionamos sua publicação na introdução. Basil Davidson relembra breve, porém pertinentemente, o papel que a empresa monopolista portuguesa Companhia União Fabril (ligada quase virtualmente a uma família em Portugal) tinha no processo em questão. Segundo o autor, já em 1968 os interesses deste monopólio eram tais que a guerra poderia ser denominada de “a guerra da Companhia”. Desde 1962, ainda segundo Davidson, contratos desta companhia com investimentos franceses e estadunidenses fariam o autor denominar, tão comodamente quanto “a

estudos mais recentes, consultar “Guinea-Bissau e isole di Capo Verde: partecipazione femminile alla lotta politica” (2004) e “Amilcar Cabral and Guinean Women in the fight for emancipation” (2013), ambos de Patrícia Gomes Godinho.

guerra da Companhia”, as lutas de libertação de Guiné serem a “guerra de muitas companhias não portuguesas” (Davidson, 1975, p. 24).

Embora seja visível a influência de Chaliand, principalmente a partir do uso do livro deste como referência de citação direta por certos momentos, há uma diferença um tanto quanto qualitativa. Davidson já estabelece que havia a compreensão que a revolta dos e das guineenses teria de ter “objetivos revolucionários”. Ou, remontando de forma quase biográfica, os que estudaram em Lisboa haviam adquirido conhecimento revolucionário, principalmente o marxista, “mas parece terem tido desde o início a consciência de que qualquer revolução na África teria de revestir-se de formas indígenas”²⁴. Não havia ali nada daquilo que constituía as revoluções da Europa e África: numeroso proletariado, nem uma classe trabalhadora cristalizada, nem massas camponesas destituídas de terra, exceto em condições marginais e especiais. A revolta não seria suficiente pelo alto custo material e humano: “a revolta tinha de implicar revolução”. O que também implicava a negação pelo quadro do neocolonialismo: a simples substituição do aparato de dominação português por figuras nativas (Davidson, 1975, pp. 37-38). As formas comparativas que Davidson trará em seus textos, com os revolucionários iugoslavos, chineses e vietnamitas corroboram sua leitura sobre o processo. Traremos elas em extenso no terceiro capítulo.

Sobre o tratamento para com o povo, Davidson versa sobre as formas necessárias de contato e diálogo. Seria inútil ir falar com os camponeses sabendo apenas que eles eram “o povo”. Explicar “libertação” seria a partir de que sentido? “Libertação precisamente de que, com quem, para que fim?” (Davidson, 1975 p. 53). Somente desta forma, tocando nos problemas primários do colonialismo e após um extenso trabalho de preparação interna, em que mesmo eram treinadas visitas simuladas às aldeias, é que se era capaz de trazer para a luta os camponeses. Davidson registra um importante relato. Um idoso, em Quitáfine, afirmou: “Nós no princípio não acreditamos que pudesse ser diferente. Trabalho do Partido, conversa do Partido. No princípio era apenas mais uma grande mentira, mas no fim passou a ser a verdade concreta” (Davidson, 1975, p. 50). Basil Davidson, pensando neste trabalho de base e mobilização dentre o campo, de

²⁴ Esta uma das primeiras referências diretas de uma influência Marxista entre os revolucionários guineenses. Ronald Chilcote admite que Amílcar Cabral e o PAIGC possuíam uma leitura “da dialética de Hegel, do materialismo histórico de Marx e das noções de imperialismo de Lênin”, mas não os caracterizam enquanto “comunistas” (Chilcote, 1968). Wallerstein e Bragança chamarão esta permanente ausência de discussão de uma abstenção proposital, para se evitar outros tipos de confusões teóricas (BRAGANÇA e WALLERSTEIN, 1982), embora Yves Benot será enfático de que o teor da discussão é sempre marxista-leninista, mesmo quando não se usa o termo (1969).

forma tão peculiar, relembra o revolucionário vietnamita Nguyen Van Tien e conclui: “Se o PAIGC tem alguns laços ideológicos com outros movimentos, os mais fortes, provavelmente, serão com os do povo vietnamita”²⁵ (Davidson, 1975, p. 58).

Outro foco de atenção de Davidson que o faz diferenciar de Chaliand é a importância que dá para um “núcleo partidário” ideologicamente preparado, segundo o autor, de existência indispensável. É a utilização deste núcleo, antes de tudo, que realiza o recrutamento de ativistas políticos. O empenhamento destes ativistas num trabalho lento e pormenorizado nas aldeias, como o descrito acima, é ressaltado. Seu empenhamento subsequente e planejado nas ações armadas, dando início à guerra; e a integração estreita destas em ações políticas e militares ocorreram desde sua fase inicial e foram essenciais para a luta (Davidson, 1975, p. 64).

No final dos anos 1960 já era possível delimitar, com bem mais precisão, as zonas libertadas. Armando Ramos, guerrilheiro, ganha a palavra:

“[...] chamamos zona libertada a uma área em que temos o controle cotidiano, em que apenas excepcionalmente temos de usar o nosso exército para neutralizar uma possível sortida portuguesa a partir de uma dessas guarnições e em que a população está mobilizada para o nosso lado, tanto no sentido político quanto no sentido militar da palavra” (Davidson, 1975, p. 71).

É a partir destas zonas libertadas que outras questões se fazem necessárias. O capítulo *com que organização e com que princípios*, inicia suas reflexões a partir mesmo de uma definição ideológica. Para Davidson, o PAIGC é um partido marxista, com ampla e profunda utilização nacionalista. Bem fundamentado em extensa citação de Amílcar Cabral, que afirma “Libertação nacional é um fenômeno de *revolução*” (pp. 85-92), a atenção que Davidson dá a libertação nacional certamente ultrapassa a dos outros autores que até aqui analisamos: *não se trata mais de independência, mas sim da criação de outra sociedade*. Se é óbvio que esta apenas virá com a independência, também começa a ficar óbvio que a independência é um acontecimento (que tem sua carga e sua importância) dentro deste processo.

Uma das principais formas de luta tornava-se também destruir a economia do inimigo e criar uma nova. Fechando já três anos seguidos em que a CUF apresentava saldos deficitários, as Lojas do Povo (já mencionadas), começavam a funcionar de

²⁵ De fato, há de se comparar esta forte criação metodológica de aproximação com o povo para ganha-los em causa da libertação nacional. Recentemente re-editado em português (após quase quarenta anos), o livro *Vietnã: a guerrilha vista por dentro*, de Wilfred Burchett (2018), nos ajuda a aproximar estas metodologias de cooptação e de luta. Leitura interessante pelo mesmo contexto e mesmo estilo literário.

forma mais consistente. Primeiro começou-se a comprar aos aldeões arroz e outros produtos a preços levemente maiores do que os dos Portugueses – abalando o sistema português na periferia dos centros urbanos. A venda de artigos de consumo de primeira ordem a preços ligeiramente mais baixos vinha em seguida (Davidson, 1975, pp. 148-149).

Mas não é apenas na ordem econômica que se cria. É na perspectiva ampla da construção de uma nova sociedade que Davidson nos guia por uma das falas mais citadas de Amílcar Cabral²⁶:

Em todos os aspectos da nossa vida devemos praticar uma democracia revolucionária. Todo o membro responsável deve ter a coragem de assumir as suas responsabilidades, exigindo dos outros o devido respeito pelo seu trabalho e respeitando como deve o trabalho dos outros. Não esconder nada às massas do nosso povo. Não dizer mentiras. Denunciar as mentiras onde quer que estas sejam ditas. Não mascarar as dificuldades, os erros, os fracassos. Não apregoar vitórias fáceis... (Davidson, 1975, pp. 156-157).

Eram a partir destas palavras e da construção do PAIGC e da luta que se construía também o programa básico de 1962, através de um “governo republicano, democrático, não dominacional [sic], anticolonialista e anti-imperialista”; pela “restauração das liberdades fundamentais, respeito por todos os direitos humanos e garantias para o exercício dessas liberdades e direitos”, eleições gerais e livres e, também: “igualdade de todos os cidadãos perante a lei, independentemente da sua nacionalidade, grupo étnico, sexo, estrato social, nível cultural, estatuto profissional, independentemente de serem ricos ou pobres, das suas tendências religiosas ou convicções ideológicas”. Isto tudo seriam, para Davidson, as “grandes palavras”, que antes havíamos visto o idoso guineense se referir. O autor pergunta-se se é possível, para além destas grandes palavras ver algo para medir o significado prático delas (Davidson, 1975, p. 158). Até certo ponto, segue o autor, a resposta já se desenvolve junto com a própria pergunta. Se tivesse que perguntar exatamente como, junto dos dirigentes e dos militantes do partido, o próprio Davidson nos responde o que tinha visto como resposta: “construir a revolução durante a luta” (Davidson, 1975, p. 160).

O livro de Basil Davidson traz, de fato, certa ruptura para com os outros escritos que trouxemos anteriormente. A libertação nacional toma espaço, traz a quebra de

²⁶ Uma importante publicação, congregando muitos pesquisadores de vários países, recebe justamente nome derivado desta passagem: *Claim no easy victories – the legacy of Amilcar Cabral* (Manji & Fletcher, 2013).

paradigma, o futuro, um novo país. As cascas duras do colonialismo português e do imperialismo trazem, dentro de si, um novo mundo, um novo homem e uma nova mulher. A bibliografia que acompanhamos neste capítulo, e dispomos propositalmente desta forma, em ordem cronológica, foi responsável pela gradual demolição das *paredes de silêncio*, como citamos no início do capítulo.

1. 4. Pensando e repensando a luta (1969-1972)

Mário: - Tanta papelada? Há papel demais nesta guerra!

Armando: - Sem papel esta guerra não teria história

- Basil Davidson, “A libertação da Guiné”, 1975, p. 151

Por um relance se poderia enganar, pela linha do tempo própria da libertação nacional de Guiné e Cabo Verde e mesmo da África “portuguesa”, com a subsequente Revolução dos Cravos, que os anos de 1969-1974 seriam justamente o ponto alto das revoluções africanas como um todo. Mas trata-se de fato, de um relance. Em 1969, para situar-se apenas no nosso recorte aqui estabelecido, estamos já com mais de dez anos de disputas, revoluções e independências africanas no bojo do continente. Isso implica em dizer que, não apenas as independências das colônias portuguesas foram as últimas, como elas já se dão em um contexto de ampla discussão dos conceitos de independência e de transição a outros modos de produção no continente. Compreender estas duas linhas do tempo em paralelo é compreender porque, de certa forma, muitos dos balanços, autocríticas e perspectivas que traremos aqui para o contexto de Guiné e Cabo Verde já se davam, mesmo no período anterior, com outros países e pensadores africanos²⁷.

Vimos, anteriormente, o imperialismo ser definido, pela bibliografia que dispomos, como o causador do colonialismo e um sistema de opressão, talvez mais do que como um sistema econômico-político de uma dada conjuntura histórica. Embora a historicidade e a especificidade portuguesa estejam bem aludidas em Chilcote e Anderson. Neste sentido, o grande debate que se estabelece já em meados dos anos 1960 e que se intensificará durante este período, é a discussão acerca do neocolonialismo, que é, também, já uma avaliação sobre as revoluções africanas. Talvez um dos casos mais emblemáticos, no sentido de pensar e atuar sobre estes temas seja o

²⁷ Para uma melhor compreensão da história contemporânea da África e as específicas linhas de tempo de cada país, ver *História Geral da África, Vol. VIII – África desde 1935*, editado por Ali A. Mazrui (2010).

de Kwame Nkrumah. Seu pensamento sobre o neocolonialismo já nos coloca diversos problemas sobre a revolução africana e seu futuro, além de estabelecer uma conexão direta entre o novo sistema de dominação, o neocolonialismo, e o imperialismo²⁸. De fato, seu livro não à toa chama-se *Neocolonialismo, último estágio do imperialismo* (original de 1965), onde conceitua este termo²⁹. Aludimos ao “neocolonialismo” pois estabelece-se esta discussão a medida que se propõe, em vistas da independência, que caminho econômico e social se seguiria. Guiné e Cabo Verde adentravam, em meados finais dos anos 1960, em mais uma das fases de sua luta, com endurecimento que redundaria na invasão de Guiné-Conacry e em um atentado contra a vida de Amílcar Cabral (Pereira, 1976).

O balanço ao qual Yves Benot se propõe, é, justamente, o das ideias. O confronto de projetos políticos, perspectivas para o continente africano, as novas formas de organização e reorganização daqueles povos é o que se torna alvo de estudo pelo historiador francês. Na realidade, o próprio admite tratar-se muito mais de levantamento e organização do que necessariamente um estudo profundo. Entretanto, é de extrema importância o levantamento, um tanto ousado, tal a abrangência. Primeiramente, Benot estabelece seus parâmetros e pressupostos. Identificando, entre os anos de 1958 e 1963, que abrangem as independências de Guiné-Conacry e o fim da sucessão Katanga, no atual Congo, o grande momento em que a Europa “redescobre” e perde o medo de rediscutir a África – se referindo aqui tanto a intelectuais quanto a própria burguesia. É importante sempre lembrar que, a medida que um povo busca sua liberdade, a burguesia, mesmo de alhures, sempre discorrerá sobre os caminhos que deve aquele povo seguir.

E é exatamente sobre estes caminhos que Benot identifica estar centralizado o tema: marxismo aplicado à África? Necessidade ou perigo? Por marxismo, o autor identifica a vertente de leitura dos pensadores Karl Marx e Friedrich Engels estabelecida por Vladimir Lênin e continuada pelos bolcheviques russos. Se é verdade, que entre os africanos o termo “marxismo-leninismo” – empregado para denominar a leitura russa, mas também por vezes a chinesa desta vertente teórico-revolucionária – raramente ou

²⁸ É também deste período importante reflexão de Samir Amin sobre a integração do continente africano ao capitalismo. Neste sentido, Amin lança mão dos conceitos de *dependência e periferia* para caracterizar a situação da África “negra” (Amin, 1972). Tal concepção leva a conclusões interessantes sobre o imperialismo, sua ação na África e mesmo sobre a necessidade e quais as tarefas da luta de libertação nacional. Abordaremos com mais propriedade tais questões no próximo capítulo.

²⁹ Para uma primeira aproximação da vida e obra de Kwame Nkrumah, assim como sua conceituação de neocolonialismo, ver o capítulo *Kwame Nkrumah, o neocolonialismo e o pan-africanismo*, de Mathias Scherer, no livro, já mencionado, de José Rivair Macedo (2016).

nunca aparece em suas discussões e polêmicas, Benot argumenta que é a partir deste paradigma que se constrói, se reivindica, rejeita ou repensa a posição política deste pensadores. Deste postulado, aparece já uma singularidade da revolução africana: os marxistas africanos (homens cujas atitudes políticas se encaixam no escopo do marxismo, do marxismo-leninismo ou mesmo da ideologia comunista), quando existem, existem no interior de organizações, partidos, que não necessariamente possuem como diretrizes estas posições, por vezes de seus líderes. O leninismo (ou comunismo) existe, em África, sem o partido leninista pelo qual a teoria do russo bolchevique se elaborou e cristalizou em sua forma clássica (Benot, 1971, p. 7).

Outro ponto que nos leva ao pensamento também do próprio imperialismo e da libertação nacional, é o fato de que as independências, as lutas e as defesas de um ou outro sistema político se dão sempre em um contexto e uma estratégia global. Seja de unidade africana, seja na defesa de um alinhamento à China Popular, à União Soviética, aos não alinhados ou mesmo às nações capitalistas da OTAN, esta concepção está sempre presente e não pode ser negligenciada (Benot, 1971, pp. 9-10). Que esta colocação apareça sintetizada apenas neste momento não deve ser tomada como coincidência. Embora aludida por Anderson, Chilcote e Davidson, torna-se, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, materializada as polarizações de preferências nas relações internacionais dos países independentes e nos revolucionários africanos.

Neste complexo quadro, a libertação nacional deveria superar dois obstáculos: que nação? Que unidade africana? E, talvez esta a que melhor articule nossos conceitos neste trabalho: que independência? A pergunta que Benot concebe é: “por consequência, a libertação da dominação estrangeira não passará necessariamente pela libertação da dominação capitalista?” (Benot, 1971, p. 13). O grande destaque que Benot dá a Cabral e os movimentos nas colônias portuguesas é a partir de sua leitura de “A Arma da Teoria” e sobre o não-alinhamento dos países, em relação aos pactos militares da OTAN e de Varsóvia. Entretanto, isto não significaria, de forma nenhuma, uma “terceira via” cega e sim uma “discussão de elaborações autônomas, de reflexões concretas a partir dos problemas nacionais” (Benot, 1971, pp. 407-408). A citação de Cabral “É um dever para nós dizer aqui em voz alta e claramente que temos aliados seguros nos países socialistas” e a exortação de que, pensar na revolução africana é pensar na interdependência do desenvolvimento do socialismo em África e na Europa Ocidental é trazida pelo autor francês, em um texto de análise crítica, porém de otimismo contagioso – mas que deveria ser relativamente contido.

Immanuel Wallerstein, sociólogo e historiador estadunidense, ao resenhar o livro de Chaliand, em 1971, nos traz algumas questões de valor ao avaliar a luta e a perspectiva de Amílcar Cabral e do PAIGC principalmente sobre libertação nacional e sobre a concepção de “nação-classe”. Primeiramente, ao considerar a libertação nacional para além da simples independência, Wallerstein corrobora a concepção, que se apresentou no livro de Chaliand e de Davidson, a partir de Cabral, de que a libertação nacional é o processo político pelo qual, um determinado povo rejeita a negação de sua história. Imposta pelo imperialismo, esta situação se encerraria com o movimento de retomada da “personalidade histórica” daquele povo (Wallerstein, 1971, p. 63). Estes temas apareceram já no texto de 1966, *A Arma da Teoria*, mas também se fazem presentes na reflexão de 1970, *Libertação Nacional e Cultura*, em que a libertação nacional de um povo é colocada, por Cabral, não apenas como fato cultural, mas fator de cultura, na medida que iria moldando novos conceitos de participação política, visão de mundo, sociedade, etc. (Cabral, 2012, p. 373).

Sobre a questão de “nação-classe”, Wallerstein recupera outro termo correlato, cunhado pela Frente de Libertação Nacional, de Argélia, qual seria, o de “partido-estado”³⁰. O termo “hifado”, segundo Wallerstein, estaria destruindo algumas pré-concepções do século XIX de que classes e partidos existiriam por dentro dos estados nação. Os movimentos de libertação nacional, por outro lado, estariam provando “via praxis”, que “classes e partidos existem dentro de um sistema-mundo, assim como nações e estados, e que, sob certas condições e parâmetros de nação e classe, estado e partido se sobreporiam a eles a ponto de não ser intelectualmente útil [...] distingui-los” (Wallerstein, 1971, p. 64).

O “suicídio de classe” é também abordado por Wallerstein com relativa supresa à inovação da proposição. Este termo teria sido colocado por Amílcar Cabral para se referenciar ao movimento necessário que a pequena burguesia, ao se engajar com a libertação nacional, teria que realizar para levar a cabo não apenas a independência, mas

³⁰ A comparação do pensamento de Amílcar Cabral e Frantz Fanon, martinicano, líder da FLN, começa a surgir já neste biênio de 1973-74 e seguirá até os dias de hoje, esporadicamente. Esta aproximação foi também feita por nós, em *Revolução e Cultura no pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral*, presente no livro organizado por José Rivair Macedo (2016). O artigo de 1974, de Robert Blackey, entretanto, impressiona pelas afirmações presentes ao tentar afastar a lógica do pensamento de Fanon e Cabral do marxismo. Como se ambos tivessem utilizado uma ferramenta conjuntural e tivessem, nela, “colado” uma interpretação racial, entre outros temas (Blackey, 1974, p. 196). Esta interpretação empobrecedora da teoria tanto de Marx e Lenin quanto de Fanon e Cabral pode em um primeiro momento impressionar. Mas temos de lembrar que é comum na academia, principalmente a europeia, um “adestramento” de pensadores revolucionários para melhor acomodá-los nos currículos, estantes e arquivos das universidades e instituições.

também as outras tarefas que a libertação nacional traz consigo. Por ser uma classe que em si já faz parte da administração colonial e possui um nível de instrução que pode colocá-la facilmente como a administradora de um estado neocolonial, o suicídio seria o meio pela qual ela cederia o poder aos trabalhadores (aqui é sempre referenciado aos camponeses guineenses, enfim, a quem realizou a luta desde o início), e deixaria mesmo de existir enquanto tal. Para se colocar este plano em andamento, Wallerstein chama a atenção para a centralidade da teoria em Cabral (Wallerstein, 1971, pp. 65-68).

O artigo de Wallerstein torna-se interessante pelo recorte que o autor decide realizar, destacando no texto de Chaliand os conceitos que serão até hoje trabalhados em dezenas de textos, artigos, dissertações... Longe de querer destacar “pioneirismo” por parte deste autor, inclusive pelo fato de que este apenas reproduz muito do que foi dito já nos textos de Chaliand e na própria produção de Amílcar Cabral, que nesta altura já possui algumas edições e minimamente circula entre pensadores estadunidenses e europeus. O que gostaríamos de salientar é justamente um dos pontos que procuramos destacar nesta sessão do capítulo: do insipiente (mas a partir de agora constante) aprofundamento de balanços, perspectivas e de análises conceituais mais centradas na contribuição teórica do principal pensador da revolução em Guiné e Cabo Verde.

1. 5. Os últimos momentos (1973-1974)

Estamos entrando em uma nova fase: será menos dura, mas mais difícil.

- Aristides Pereira, citado por Basil Davidson, 1974.

O fim do Império Português, do fascismo e do colonialismo eram aludidos e reivindicados desde o início dos anos 1960, quando o contexto africano conhecia a onda de independências, afirmava novas formas de organização societária e econômica e divulgava sua unidade. O biênio de 1973 e 1974 foi de grandes acontecimentos para a luta de libertação nacional em Guiné e Cabo Verde. Foi também um marco para a luta de classes a nível internacional, quando se cristalizou a Revolução dos Cravos e, um ano mais tarde, a vitória retumbante do Vietnã sobre os EUA tomava lugar nos noticiários mundiais. Nascia, decididamente, um novo momento. Em 1973, entretanto, também ocorreu o assassinato de Amílcar Cabral, precipitando a declaração de independência unilateral de Guiné e Cabo Verde. O duro golpe ao PAIGC e aos e as guineenses não foi o suficiente para prevenir o fim do império e do colonialismo.

Após o assassinato de Amílcar Cabral, uma série de artigos são editados em tom de homenagem, valorização pela contribuição à teoria revolucionária, denúncia, etc. Ahmed Feroz, em editorial pela revista *Pakistan Forum* (no mesmo número que traz editado o programa do PAIGC), retoma e frisa o caráter revolucionário da libertação nacional, distanciando-a da simples independência. Também destacou a capacidade de conciliar teoria e prática, ao chamar, de forma bem sucedida, as pessoas para a luta num país cuja forma de exploração seriam as manipulações de preço e não a expropriação dos meios de produção (Ahmed, 1973, p. 3). Yusuf Dadoo, representando o Partido Comunista Sul Africano (SACP), salienta o conhecimento de Cabral da teoria científica da revolução e do marxismo-leninismo, seu contato com o Partido Comunista Português (PCP), seu papel na fundação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e sua capacidade teórica para com as questões raciais e para com as relações internacionais, identificando o campo socialista como aliado da luta de libertação nacional (Dadoo, 1973, pp. 38-43).

Em entrevista, Gerard Chaliand reflete sobre o futuro do PAIGC sem Amílcar Cabral. Primeiramente, ele atenta para o fato de que, por mais que o assassinato do líder de Guiné e Cabo Verde seria sim um grande golpe contra o movimento, em sua opinião, o PAIGC seria o “melhor” partido revolucionário de África. Com treinamento de quadros, sem grandes cismas em mais de dez anos de existência, e prática exemplar. Por outro lado, relembra as qualidades de teoria e prática de Cabral que serão sentidas. Sua originalidade em propor a luta armada apenas após uma extensa preparação do campesinato para tal, sua capacidade de inserir completamente as mulheres na guerra e, principalmente, sua capacidade teórica. Chaliand elenca como dois primários textos *A Arma da Teoria* (1966) e *Libertação Nacional e cultura* (1970), como os que mais cristalizam suas visões e colocam uma contribuição original para a luta de libertação nacional em África e no mundo (Chaliand, 1973, pp. 87-95). Novamente é possível ver o reconhecimento, nestes textos sobre como a capacidade teórica e política de Amílcar Cabral tomam corpo a partir de seus principais conceitos como o “suicídio de classe”, a “cultura” e o tratamento da libertação nacional como elemento de um processo amplo de transformação política, social e cultural de um povo.

Outro a realizar texto em ocasião da morte de Amílcar Cabral foi seu camarada na luta tanto de Guiné e Cabo Verde quanto de Angola: Mário de Andrade. Ele e Cabral conheciam-se desde a época de estudantes em Portugal, onde residiram na Casa da África e, junto com outros como Marcelino Dias e Vasco Cabral, tratavam, no fim dos

anos 1950, das questões de independência e de como fariam o movimento em suas terras natais³¹. Novamente Mário de Andrade perpassa pelo processo revolucionário guineense e caracteriza a libertação nacional enquanto um movimento revolucionário; identifica a contribuição teórica de Cabral na sua definição de “cultura”; e na necessidade da caracterização do “partido-estado”. Sobre o processo revolucionário em si o que o PAIGC e Amílcar Cabral teriam feito durante a guerra, segundo Andrade, em relação à dominação social e econômica estrangeira, foi caracterizada como uma “destruição criativa” (Andrade, 1973, p. 9). A compreensão de que o desaparecimento físico de Amílcar Cabral não poderia deter a transformação social já em andamento novamente ganha força por outro pensador – desta vez um pensador-participante do processo.

Neste sentido, de uma transformação da sociedade e da participação popular sobre ela, temos importante estudo acadêmico. Se nossa proposta neste trabalho foi realizar um levantamento da produção bibliográfica acerca a libertação nacional de Guiné e Cabo Verde, o livro de Lars Rudebeck é deveras interessante por ter realizado denso estudo sobre o processo revolucionário durante a luta. De fato, termina seu manuscrito enquanto o Abril português tomava conta das ruas. Seu livro, definido como de “ciências sociais” trata da participação, da “mobilização política” que deu origem a todo o território libertado e, de fato, sobre a “nova sociedade”, ou mesmo do novo estado, criado *dentro* das áreas libertadas. Para tal, uma intensa investigação, com coleta de relatos, análise dos sistemas legais implementados pelo PAIGC, e observação participativa foi criada para analisar esta nova situação de Guiné Bissau (Rudebeck, 1974). Não se trata aqui de fazer uma completa avaliação da obra (que procura definir conceitos antes tratados como meros subjetivos), mas cabe colocar que há, pela primeira vez, e tão próximo aos acontecimentos, um estudo profundo deste novo estado que nascia após pouco mais de dez anos de guerra. A riqueza da pesquisa de Lars Rudebeck talvez seria, ainda, na combinação da compreensão da libertação nacional enquanto mecanismo intrínseco de “mobilização” social e política ao mesmo tempo – o que permitiria um estudo, futuramente, sobre a transição ao socialismo também a partir da conformação do povo enquanto agente histórico, a partir de sua “mobilização política” (Rudebeck, 1974, pp. 237-241).

³¹ Mário de Andrade viria a realizar alguns estudos sobre Cabral, teóricos e biográficos. Sobre este último, destacamos o programa de rádio, transcrito, “A geração de Cabral” (1973b) e a biografia propriamente dita *Amílcar Cabral: essai de biographie politique* (1980).

Outro autor que retornamos aqui é Basil Davidson. O momento que agora o historiador britânico acompanha é certamente diferente do anterior, em que o autor se encontrava com Amílcar Cabral e Mário de Andrade dentre as florestas de Quitáfine. Escrevendo em setembro de 1974, Davidson descreve em forte tom narrativo a transformação gradual de um território em nação soberana. Ficamos sabendo então do fracasso do governo de Antônio Spínola (na época presidente de Portugal, e que iria renunciar em breve, ainda seguindo os acontecimentos da Revolução dos Cravos) em estabelecer reformas na até então colônia, procurando tirar a força do PAIGC enquanto ator principal das mudanças que vinham fortemente ocorrendo desde o final dos anos 1960; e, principalmente, dos problemas advindos da diferença em administrar áreas libertadas e administrar uma nação soberana e una. As palavras de Aristides Pereira ecoam forte: “Estamos entrando em uma nova fase: será menos dura, mas mais difícil” (Davidson, 1974, pp. 5-8). Talvez fosse esta a porta de entrada para um profundo estudo histórico. Talvez seja essa a frase, correlata com tantos outros movimentos revolucionários que devêssemos analisar friamente. Entretanto, é aqui que devemos parar nossa análise. Guiné estava liberta. Em breve, Cabo Verde também. O fascismo português, depois de quase quinze anos de predições, finalmente caíra em uma revolução cujo maior símbolo é uma flor. Devemos agora procurar estabelecer o que se compreende por imperialismo e libertação nacional, e como percebemos estar na bibliografia que levantamos articulados estes conceitos conjuntamente com o movimento real.

Vimos sem sobra de dúvidas um grande processo histórico. Que homens e mulheres não escolham as condições de sua época já sabemos... mas ultimamente o que aparenta termos esquecido é que, de fato, *fazemos* a história.

1. 6. Considerações parciais

Analisamos neste capítulo um conjunto de bibliografia, por vezes mais por vezes menos acadêmica, de diversas origens (história, ciências políticas e sociais e mesmo literatura de teor jornalístico e de relato), sempre articulando, quando possível, a concepção ali presente de imperialismo e libertação nacional. Como procuramos deixar claro na introdução, este binômio é um recorte de análise e procuramos estabelecê-lo conforme íamos também avançando, cronologicamente, nos próprios fatos e acontecimentos da revolução em Guiné e Cabo Verde. Conjugamos os momentos da

bibliografia com momentos da luta armada e, por óbvio, nosso recorte nos subcapítulos são artificiais, havendo características de um e outro dado momento que se sobrepõem, se contradizem, etc. O que importa, em nosso estudo, é compreendermos de que forma está dado a leitura deste binômio na descoberta, pesquisa e aprofundamento do conhecimento da luta de libertação nacional em Guiné e Cabo Verde.

As estruturas econômicas do fascismo português, a partir de seus monopólios, que com o desenrolar dos anos 1960 já não detinham justamente o *monopólio* da exploração da matéria-prima e humana das colônias portuguesas definiam a construção específica do *ultracolonialismo*, o sistema de exploração e opressão do fascismo português que parecia, a cada ano que passava em seu fim... A forma como os imperialismos estadunidense e francês dispunham de seus investimentos nas colônias portuguesas determinavam a obrigação do apoio a Portugal, que, por sua vez, necessitava da maior exploração e opressão para manter seu próprio sistema que, uma vez característica da expansão de um império, tornava-se então no único elemento articulador que ainda justificativa a existência da superestrutura do Estado Novo de Portugal.

Elementos estes que necessitam ser articulados com o próprio desenvolvimento dos movimentos de libertação nacional – este claramente compreendido enquanto independência, em uma primeira leitura, e processo político, econômico e social em uma segunda. A independência, que será um dos momentos da libertação nacional, deve trazer junto com ela outra forma de participação política, outra moral de comportamento humano e mesmo outra organização econômica – assim começa cada vez mais a ser reivindicado pelos revolucionários e, concomitantemente, compreendido pelos autores que trabalhamos. A construção desta justificativa se dava no dia a dia das comissões de tabanca e nas “grandes palavras” do programa mínimo do PAIGC. Mas não apenas, o anti-imperialismo do PAIGC e de Amílcar Cabral se constituiu enquanto um elemento importantíssimo da luta contra o colonialismo europeu. A compreensão do geral e do específico parece ser chave para uma revolução que sofreu de paredes de silêncio internas e externas e repressões portuguesas e internacionais.

Mas precisamos agora analisar, com toda atenção, o que se pode compreender com imperialismo e libertação nacional. Como caracterizar o imperialismo e sua relação com o sistema de dominação de Portugal? Como os elementos da guerrilha do PAIGC se articulavam com a noção de independência e de transformação da libertação nacional? Como podemos utilizar estes conceitos para criar uma síntese do movimento

a partir da bibliografia que levantamos? Esta compreensão, visto a variedade de leituras que surgiram nestes quase quinze anos de conformação da luta e da própria guerra, nos permitirá que conclusões?

2. Imperialismo e Libertação Nacional: entre a negação e a reafirmação da História

Juntamente com o fortalecimento do campo socialista [...] os povos dependentes despertaram para a luta de libertação e assim a fase final da liquidação do imperialismo iniciou-se. A solução definitiva deste novo conflito pode tomar mais ou menos tempo, mas é indubitável que, mais do que a luta de classes nos países capitalistas e o antagonismo entre esses países e o mundo socialista, é a luta de libertação dos povos coloniais a característica essencial, diríamos o motor principal, da marcha da história dos nossos dias; É a esta luta, a este conflito em três continentes, que se integra a nossa luta de libertação nacional contra o colonialismo português.

- Amílcar Cabral, *Relatório Geral*, 1961.

2. 1. Imperialismo em Lênin...

O conceito de imperialismo não surgiu com Lênin. Não foi por ele inventado e, muito menos, o bolchevique russo não criou uma nova teoria deslocada completamente do que já havia sido feito no acúmulo do materialismo histórico-dialético. Não iremos aqui delinear os surgimentos etimológicos em literaturas do século XIX, muito menos comparar a visão de imperialismo de Lênin com outros autores contemporâneos que também o pensaram, seja Bukharin, seja Rosa Luxemburgo seja Karl (o renegado) Kautsky. Trazemos Lênin aqui porque não apenas consideramos que sua obra tenha sido a mais influente como vemos sua presença também na obra de Amílcar Cabral (como mesmo nossa bibliografia reconheceu) – no que tange especificamente a caracterização desta nova, ou mesmo, superior, etapa do capitalismo. Vale lembrar, como pontuamos em nota de rodapé no primeiro capítulo, que a leitura de Lênin que trazemos se vale da conceituação de imperialismo procurando conjuga-la quase que imediatamente com a noção de libertação nacional, uma das conclusões possibilitadas pela leitura de sua obra, levada a cabo por muitos revolucionários do século XX. Nosso grande interesse reside nesta correlação. Maiores estudos sobre a posição de Portugal em relação à teoria geral do imperialismo e sobre a economia dependente das colônias se darão em futuros estudos. Resgatamos aqui apenas as noções elementares para não criarmos naturalizações de conceitos e concepções históricas.

A julgar pelas dificuldades de escrita que relata em posterior prefácio, seria possível se surpreender pelo livro ter alcançado a repercussão que conseguiu (Lênin, 2012, pp. 23-24). Mesmo assim, *Imperialismo, estágio superior do capitalismo – ensaio popular* foi obra em que Lênin teve o mérito – e aqui jaz sua competência – por

articular, assim como havia articulado as especificidades russa ao tipo necessário de movimento revolucionário³², “a teoria econômica do imperialismo a todos os problemas políticos da atualidade” (Lukács, 1975, pp. 56-57). Ainda seguindo Györg Lukács, nesta mesma linha:

A teoria do imperialismo é, em Lênin, menos uma teoria da gênese economicamente necessária e dos seus limites econômicos [...] do que a teoria das forças de classe concretas que o imperialismo desencadeia e torna operantes, *a teoria da situação mundial concreta que foi criada pelo imperialismo* (Lukács, 1975, p. 59, destacado no original).

E é, de extrema importância para nós neste trabalho, a partir desta *situação concreta criada*, que se situa, também, a criação do colonialismo – no contexto, forma e especificidade que os revolucionários africanos enfrentarão. É nesta contribuição que reside não apenas a grandiosidade do texto, mas, com o conjunto de sua obra, a influência que gerou no movimento comunista e de libertação nacional pelo mundo.

Então, como Lênin define, propriamente, *Imperialismo*? Partindo do pressuposto mais básico, seria “o estágio monopolista do capitalismo”. Desta forma, estaria compreendido o capital financeiro, dominado por alguns grandes bancos, fundido com grupos industriais. Não apenas isto, compreenderia também a partilha do mundo e a transição para as políticas coloniais. Mas Lênin mesmo admite que esta rápida caracterização, por si só, carece de mais definições. As cinco características fundamentais deveriam, então, ser incluídas: (i) a criação de monopólios deriva da concentração da produção e do capital, que estaria atingindo níveis antes não vistos (à época), delimitando toda a “vida econômica” de então; (ii) “a fusão do capital bancário com o capital industrial” criando, assim, uma “oligarquia financeira”; (iii) a crescente importância da exportação de capitais em detrimento da exportação de mercadorias; (iv) “a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas”, responsáveis estes pela partilha do mundo; e (v), a própria conclusão da partilha de África e Ásia dentre as principais potências capitalistas (Lênin, 2012, p. 124).

Definindo desta forma, Lênin estaria, por um lado, rebatendo as definições de imperialismo que focavam exclusivamente em um modo de “política”, calcadas principalmente em uma leitura da II Internacional e de Kautsky. Nesta visão, haveria “atitudes imperialistas”, e não um sistema econômico-político articulado que

³² Como registrou Florestan Fernandes, “*Que Fazer?*”, como obra de síntese e superação das experiências políticas acumuladas durante o período de formação, constitui a face política das descobertas históricas e econômicas contidas em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*” (Fernandes, 2012, p. 231).

constituiria ao mesmo tempo uma série de políticas (econômicas) e de regimes econômicos (políticos), ignorando a financeirização do capitalismo e o que ela significa para a expansão territorial (Lênin, 2012, pp. 125-127) – em especial, o que ela então significa para as colônias, especialmente as africanas.

Para além de definições, carece-se das consequências, em especial, que nos concerne aqui, para a partilha do mundo e a criação do sistema colonial durante a etapa imperialista. A grande partilha do final do século XIX pelas nações europeias criaria, para além da dualidade metrópole-colônia, também uma série de nações que, embora soberanas, encontram-se subordinadas, ou “enredadas nas malhas da dependência financeira e diplomática”. Mesmo o caso de Portugal é colocado por Lênin: definido como um protetorado do Império Britânico desde o século XVIII, onde este último recebia uma série de benefícios para seus próprios monopólios. Lênin admite que este tipo de relação sempre ocorreu entre um estado maior e outro menor, entretanto, é no estágio imperialista que “se torna sistema geral [...] a fazer parte do conjunto de relações que regem ‘a partilha do mundo’ [sendo] elo da cadeia de operações do capital financeiro mundial” (Lênin, 2012, p. 120).

Desta forma, atravessamos um quadro cuja compreensão é de suma importância para o movimento operário de sua época (e de hoje...). Entretanto, existem percalços na leitura do fenômeno. Quando comenta os limites ou as críticas incompletas ao imperialismo (seja por parte de “fabianos”, ou seguidores de Kautsky), existe já uma crítica, com claro viés moral, da negação destes de se denunciar ações colonialistas de suas próprias nações. Ou mesmo não sendo capazes de realizar em conjunto a crítica ao capitalismo (em sua expansão) e ao imperialismo – no caso aqui como a ingerência, a intervenção externa direta nas colônias alhures (Lênin, 2012, pp.149-151). Torna-se, portanto a crítica à “partilha do mundo” não apenas necessária ao contexto do sistema imperialista: ela se torna *intrínseca*, pois a partilha do mundo *é, também ela, intrínseca ao sistema inaugurado pelo imperialismo* (Lênin, 2012, pp. 161-162). Lênin chega a afirmar que o monopólio nasce da política colonial. Por de trás da antiga expansão mercantil das nações europeias, o capital financeiro (agora representado por um punhado de bancos, fundido completamente com o setor produtivo), acrescenta a busca por matérias-primas, a exportação de capitais e, mesmo, o crescimento das “esferas de influência” – entendido aqui como “esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas [...] pelo território econômico geral” (Lênin, 2012, p. 166). É quando os territórios já estão repartidos (pós-Congresso de Berlim) que a posse

monopolista das colônias e a luta acirrada por uma nova divisão do mundo se segue – ou seja, a Primeira Guerra Mundial.

Por um segundo pode-se pensar que o tema aparece em segundo plano ou apenas *en passant* em Lênin pelo fato de sua abordagem não se privar especificamente em uma ou outra política de dominação ou, ainda, pelo fato de não criticar o colonialismo (com essa palavra específica) a partir dos sistemas raciais criados³³. Entretanto, é impossível não mencionar, aqui, a especificidade (e pioneirismo) anticolonial do marxismo (e por suposto, do leninismo). O historiador italiano Domenico Losurdo nos ajuda a pensar neste sentido, seguindo também nosso intento de conceituar imperialismo e inseri-lo melhor na lógica do pensamento marxista. Primeiramente, é resgatando Lênin que o autor caracteriza o imperialismo:

[...] trata-se de um sistema em cujo âmbito algumas pretensas “nações-modelo” atribuem a si mesmas “o privilégio exclusivo da formação do Estado”, negando-o aos povos das colônias; sim, “poucas nações eleitas” pretendem construir o próprio “bem-estar” e estabelecer a própria primazia na pilhagem e no domínio do resto da humanidade. Ou seja, além da pilhagem econômica e da opressão política, o imperialismo é também caracterizado pela hierarquização das nações. Os povos explorados e oprimidos são, ao mesmo tempo, rotulados como incapazes de se autogovernar e de se constituir como Estado nacional; a luta para livrar-se desse estigma é uma grande luta pelo reconhecimento (Losurdo, 2011, p. 224).

Tais definições acima estão ligadas diretamente ao pensador russo. Compreender que a leitura de Lênin do processo de constituição do imperialismo e o saldo que a Revolução Russa teve para os processos anticoloniais e de libertação nacional é mister para entendermos mesmo nosso objeto de estudo – voltaremos ainda a algumas destas concepções, ampliando-as um pouco quando tratarmos da questão da libertação nacional. Mesmo que lidemos, em Marx, com algumas inconsistências e ambiguidades frente ao processo de expansão do capitalismo³⁴, é com Lênin que a exortação para que os povos colonizados (seja dos países “colônias” ou “semicolônias”) se libertem toma

³³ Lênin admite que sua escrita é estritamente econômica nesta obra, “esgoelada” mesmo, pela censura czarista e, que, portanto, muito faltaria em uma leitura completa (Lênin, 2012, pp. 23-24). Em outros momentos Lênin poderá se expressar a partir das concepções de autodeterminação dos povos entre outros termos, veremos adiante.

³⁴ Em relação à leitura de Marx à expansão britânica na Índia, por exemplo. Entretanto, não nos parece ser a toa que um dos momentos fundantes de atuação do marxismo, na Associação Internacional dos Trabalhadores, exista a preocupação tão clara por parte de Marx e Engels de caracterizar e apoiar a luta (anticolonial) do povo irlandês. De fato, há colocação de Marx que muito se parece com algumas pontuações de Cabral que aludimos no primeiro capítulo: “Se a Inglaterra é o baluarte da propriedade fundiária e do capitalismo, o único ponto no qual se pode desferir um grande golpe contra a Inglaterra oficial, é a Irlanda” (Musto, 2014, pp. 275-278).

corpo enquanto uma arma coordenada contra o imperialismo na construção do socialismo (Losurdo, 2011, pp. 57-59).

É esta definição de Lênin e de sua teoria do imperialismo (mas também como tópico presente em Marx e na tradição marxista), que, por se estabelecer contra a ideologia dominante, e, por consequência, contra a expansão do capital, do capitalismo e do imperialismo, que nos fazem caracterizar o bolchevique russo e a tradição marxista (também a marxista-leninista) como correntes fundamentalmente *anticoloniais*.

Quando disserta sobre o “marxismo ocidental”, mais especificamente, sobre seu “nascimento e morte”, ainda seguindo o mesmo autor, nos é apresentado um balanço histórico deveras interessante. Losurdo identifica a remoção da questão colonial como um dos acontecimentos basilares para a descaracterização do marxismo (Losurdo, 2011). Esta percepção é um tanto quanto única, mesmo em debates dentre marxistas atualmente. Se conjugarmos esta conclusão com outro escrito seu, uma leitura sobre a Revolução de Outubro, percebemos com mais profundidade a importância deste tema. Losurdo analisa, praticamente em tempo real, a derrubada violenta da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, destacando, logo em seguida, o discurso colonial que ressurgiu quase que inalterado para se adaptar a uma nova fase de acumulação, guerras e disputas inter-imperialistas (Losurdo, 1998). Gostaríamos de chamar o leitor para uma sequência de raciocínio que, esperamos um dia através de estudos mais competentes, provarmos ser algo mais elaborado: se (i) o século XIX foi caracterizado (pelo menos em seu final) pelo advento do imperialismo, com o colonialismo e suas teorias raciais, se (ii) o século XX possui como característica uma grande reação a essa fase imperialista, com a criação pelos braços de trabalhadoras e trabalhadores do primeiro estado socialista da história, que lutou e ajudou os que lutavam contra o colonialismo e o imperialismo (como bem Amílcar Cabral caracterizou a fase história que vivia), e se (iii) com a derrubada da URSS, a volta de discursos e práticas neocoloniais se estabelecem fortemente³⁵, não deveríamos, portanto, voltar a uma leitura dos sistemas de dominação e exploração imperialistas atuais para estabelecer uma nova fase, ou uma nova tentativa, de sua superação?³⁶ Pedimos desculpas pelo esforço intelectual que

³⁵ Não foi a ALCA uma tentativa de re-colonização econômica? Há de se lembrar também dos discursos das realidades espanhola e inglesa sobre as recentes tentativas de emancipação do País Basco e da Escócia.

³⁶ Neste sentido estamos muito, no atual momento, influenciados pelas leituras de Samir Amin (2005) e Domenico Losurdo (1998 e 2011), no que tange a compreensão de que o colonialismo, enquanto fenômeno intrinsecamente burguês, não desaparecerá, em seu âmago, não importa as formas que tome, sem a derrubada do modo de reprodução societal burguês.

tangenciou em muito nossa análise, mas cremos que esta reflexão faz jus a muitos dos lutadores que temos referenciado neste texto.

De volta a nosso assunto, de forma alguma procuraremos pinçar, em cada linha escrita por Lênin, correlatos de sua teoria reverberada, copiada ou adaptada imediatamente à realidade das colônias portuguesas em África ou mesmo nos escritos de Amílcar Cabral. Uma extensa análise, econômica, do imperialismo e da relação de Portugal e suas colônias teriam de ser levadas a cabo em estudo profundo à parte – algo que nem Perry Anderson se propôs, embora faça síntese importante em seu livro. O que estamos procurando afirmar neste momento é a existência de acúmulo na compreensão do sistema que gerou o imperialismo e o colonialismo enquanto fenômenos políticos, econômicos e sociais. Ignorar as concepções de Lênin sobre imperialismo seria, de certa forma (não o substituindo por nada), procurar analisar o colonialismo a cego. Seja por analisar o colonialismo sem possuir nenhuma base de seu fenômeno “criador”, seja por ignorar a utilização (seja de que forma, com que conteúdo, e com qual fim) do marxismo e do leninismo por parte dos africanos. De fato, veremos a seguir, em Amílcar Cabral, algumas caracterizações, a partir das definições que pontuamos acima, com criatividade e potência.

2. 2. ...e Amílcar Cabral.

Como Amílcar Cabral analisa, compreende e conceitua o imperialismo? Por certo, facilmente se caracterizaria o pensamento de Cabral como “anticolonial” (também facilmente, “antirracista”). Porém, vimos na citação que abre este capítulo e durante o discorrer de nosso texto, que um dos primeiros pronunciamentos públicos de Cabral, em 1961, aproxima fortemente a caracterização do imperialismo enquanto sistema de exploração e dominação com a libertação nacional como a ferramenta para combatê-lo. Pode-se afirmar então, que o pensamento de Amílcar Cabral é também, em sua essência, “anti-imperialista”? Talvez, tal como começamos com Lênin, precisemos começar de uma definição de Cabral, desta vez, de 1966, na Conferência da Tricontinental, em Cuba:

[...] o imperialismo pode ser definido como a expressão mundial da procura gananciosa e da obtenção cada vez maior de mais-valias pelo capital monopolista, acumulado em duas regiões do mundo: primeiro na Europa, e, mais tarde, na América do Norte. E, se queremos situar o fato imperialista na trajetória geral da evolução deste fator transcendente que modificou a face do mundo – o capital

e os processos de acumulação – poderíamos dizer que o imperialismo é a pirataria transplantada dos mares para a terra firme, reorganizada, consolidada e adaptada ao objetivo da espoliação dos recursos materiais e humanos dos nossos povos (Cabral, 1980, p. 30).

Temos, então, uma definição leninista, assim como também já tínhamos em 1961 (Cabral, 1980a, p. 31). Somada a isto, uma forte figura de linguagem, muito correta e precisa visto ser de uma pessoa (naquele momento, mesmo, representante de muitas pessoas) que de fato vivenciaram esta pirataria desenfreada. O que surpreende no pensamento de Cabral é a afirmação, imediatamente posterior à citação acima, de que o imperialismo teria sido uma “necessidade histórica”, dentro do desenvolvimento do capitalismo. Mas tanto quanto o imperialismo, “a libertação nacional dos povos, a destruição do capitalismo e o advento do socialismo” (Cabral, 1980, p. 31), também seriam uma “necessidade histórica” do atual momento.

Seguindo o pensamento de Cabral, temos uma importante indagação: teria o imperialismo “em sua condição de capital em ação”, nos países colonizados, realizado o desenvolvimento das forças produtivas, a complexificação do modo de produção, a estratificação dos setores sociais e a intensificação da luta de classes? A resposta de Cabral é negativa. Passou-se longe de “cumprir nos nossos países a missão histórica desempenhada pelo capital nos países de acumulação”. Ou seja: nas colônias, o resultado da acumulação de capital e a situação sócio-econômica deixada pelo imperialismo são diferenciadas da situação das nações desenvolvidas. Entretanto, qual o impacto que se teve, então, nas sociedades africanas? Segundo Cabral: “o capital imperialista ou capital moribundo” teria sido capaz de criar, para uma mínima parcela da população, uma condição de vida melhor (ou até privilegiada), contribuindo para o processo “alguns chamariam de dialético” do aprofundamento das contradições dos países colonizados. Em um segundo caso, teria sido possível a criação de uma burguesia local. Este levantamento de causas e consequências não é feito a toa. Já discorremos minimamente sobre os impactos colonialistas e as formas de dominação no capítulo anterior. E é justamente sobre este assunto que estamos tratando aqui. Destas condições criadas pelo imperialismo nos países africanos, destaca Cabral os efeitos, em pelo menos duas formas de dominação. A primeira, a dominação direta, o “colonialismo clássico”; a segunda, a dominação indireta, em que o poder político seria exercido, também, por agentes nativos, o “neocolonialismo”. Parte destes tipos de dominação a identificação das consequências do imperialismo em África. Seja com a destruição

parcial da população e estruturas sociais nativas; seja com a aparente permanência das formas de reprodução societárias (condicionadas, controladas e administradas por forças exóticas), Cabral identifica estes processos como a “paralisia ou estagnação” do “processo histórico do povo dominado” (Cabral, 1980, p. 32). Paralisia não integral, mas com o desenvolvimento de novas especificidades, sendo condicionadas pela inserção de novas características que as forças exóticas trariam, como a mudança de prestígio de camadas dirigentes nativas; êxodo populacional (espontâneo ou forçado)³⁷; criação de novas camadas sociais³⁸, etc. Cabral informa que a dinâmica social interna seria maior, no neocolonialismo do que no colonialismo clássico – inclusive pela necessidade que se faz da existência de uma classe dominante nativa.

Tendo em vista o quadro acima, a conclusão principal dos efeitos do imperialismo em uma sociedade afetada pelo “capital moribundo”, segundo Amílcar Cabral, seria: “a negação do processo histórico do povo dominado, por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais”, ou, ainda, da “usurpação pela violência da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas do conjunto sócio-econômico dominado”. É nestas amplas caracterizações que vemos o pensamento de Amílcar Cabral possuindo essência anti-imperialista. Existe, entretanto, uma interessante consideração, um aviso ou mesmo uma precaução para com o processo de lutas instaurado na última década: “[...] qualquer movimento de libertação nacional que não tem em consideração esse fundamento e esse objetivo, pode lutar contra o imperialismo, mas não estará seguramente lutando pela libertação nacional” (Cabral, 1980, p. 34).

Por “este fundamento”, Cabral se refere ao processo que expomos anteriormente, da recuperação da história, ou do processo histórico dirigido por povos autodeterminados, que seria o corolário da libertação nacional. Claro, estamos já discorrendo, a partir da crítica ao imperialismo, da “contestação necessária”, sobre o estabelecimento da libertação nacional como um movimento muito maior que a própria independência.

Voltando às consequências do imperialismo, segundo Cabral, as situações colonialistas e neocolonialistas trazem perspectivas de luta específicas para cada

³⁷ E aqui se faz necessária a citação de Perry Anderson, quando este disserta sobre o impacto destas movimentações populacionais relacionadas aos tipos de trabalho forçado, sazonal, contratado, etc. imposto pelos portugueses (Anderson, 1966, pp. 41-65).

³⁸ E aqui podemos citar os esforços de caracterizações populacionais resultantes do colonialismo português por Davidson (1969), mas principalmente por Chaliand (1967).

momento. Também existem aqui considerações sobre a libertação nacional, que voltaremos adiante. O caso colonial é aquele em que há a necessidade da formação de uma “nação classe” e esta, uma vez vencendo as formas de repressão, lutando diretamente contra a burguesia do país colonizador, escolhe a partir de uma revolução nacionalista, uma estrutura econômica específica. No caso neocolonial, entretanto, temos a classe trabalhadora (e seus aliados) frente não apenas a “burguesia imperialista”, mas também frente a “classe dirigente nativa”. Neste caso, não basta a “solução nacionalista”, torna-se imperativo a destruição do sistema capitalista e a construção do socialismo. Mesmo assim, Cabral ainda pontua que tal distinção é apenas aparente. Uma vez conquistada a independência, dada as condições históricas existentes, há apenas dois caminhos para um povo escolher: ou retorna à dominação imperialista, através do neocolonismo, do capitalismo, ou adota a “via socialista” (Cabral, 1980, pp. 37-38).

Existe ainda uma boa oportunidade de lermos a percepção de Cabral do imperialismo, a partir mesmo de sua análise da obra e da teoria de Lênin. Em texto de 1970, em homenagem ao bolchevique russo, Cabral se propõe a fazer pequeno panorama sobre as perspectivas que a teoria de Lênin havia criado e exatamente quais haviam se concretizado. Cabral afirma que, se Marx realizou n’O Capital, a anatomia do capitalismo, a análise do imperialismo de Lênin poderia ser considerada uma “pré-autópsia” do capitalismo moribundo. Segundo Cabral, para Lênin, a partir do momento em que o domínio econômico e político do capital financeiro (dos monopólios) se consolidou em alguns países e se concretizou no exterior pelo movimento de partilha do mundo, especialmente em Ásia e África, na exploração das colônias, temos o capitalismo transformando-se num corpo em putrefação (Cabral, 1980, p. 50). A conclusão de Cabral é a de que Lênin, afinal, teria tido razão em sua leitura sobre o imperialismo. Tanto pelas características gerais, do desenvolvimento dos monopólios, quanto pela análise das consequências, e Cabral insere também, a partir de seu contexto, o que de fato ocorreu a partir de cada uma delas: a acumulação do capital financeiro e o estabelecimento dos monopólios mostraram as contradições com o “caráter social do trabalho produtivo”, criando condições para os movimentos revolucionários; o advento das duas guerras mundiais, como consequências das contradições postas, somadas ao fato da existência de um estado socialista contribuíram também para a libertação dos povos asiáticos e africanos, cuja atuação é um dos acontecimentos mais importantes dentro do processo de destruição do imperialismo. São estas as conclusões acerca do

imperialismo e suas consequências para o movimento operário internacional que, segundo Cabral, estão “explícitas ou implícitas” na obra de Lênin (Cabral, 1980, pp. 50-52).

Uma última observação em relação a esta aproximação entre Amílcar Cabral e Lênin se dá por uma breve caracterização do imperialismo português. Também vemos em Cabral a caracterização de Portugal como um protetorado, um país menor, no guarda-chuva da influência do Império Britânico (Cabral, 1980a, pp. 32-33). Isto nos leva de volta a nossa bibliografia do primeiro capítulo. A hipótese primitivista para o imperialismo português, ou, como denominou Perry Anderson, o *ultracolonialismo*, se deu através da compreensão de que o tipo de domínio imperialista de Portugal de exploração não se dava nos mesmos moldes do “imperialismo clássico”: o império de Salazar possuía já a fusão de seu setor produtivo e financeiro (a partir da Companhia União Fabril e o Banco Nacional Ultramarino, e respectivas associações com bancos e companhias estrangeiras), entretanto, exportava pouco capital às suas colônias. A economia de Portugal dependia da renda das concessões que as empresas estrangeiras proporcionavam. Há de se lembrar que tal hipótese está carregada pela questão conjuntural do deslocamento de Portugal em relação à própria Europa³⁹. Na época da escrita do historiador inglês, fechava-se quarenta anos de um regime fascista, que não havia alterado em quase nada seu domínio e sua constituição colonial (ultramarina), e nem sequer havia implementado um estado de bem estar social semelhante ao restante dos países do continente.

Mesmo assim, de Perry Anderson, em 1966, a Gerrard Chaliand em 1967 e Basil Davidson em 1968, há de se perceber o aumento da penetração de capital estrangeiro em Portugal e suas colônias. De fato, Anderson nos permite esta verificação e já nos apresenta as perdas da taxa de lucro portuguesa nos primeiros anos da guerra em Angola. Entretanto, é com Chaliand e Davidson que nos é apresentada a completa junção do capital estadunidense e francês (mas também da Alemanha Ocidental) com os investimentos portugueses. Para além das concessões, que já mencionamos, ambos os autores que citamos pontuam muito bem que qualquer obra, investimento, melhoria em setor de serviços, exploração de matéria prima, enfim, qualquer atividade econômica de Portugal em relação às colônias contava com a participação de uma multinacional ou o

³⁹ É Lincoln Secco quem irá contribuir nesta nossa leitura, através da análise de que a Revolução dos Cravos teria rompido com a longa duração do Império Português e “devolvido” Portugal à Europa (Secco, 2004).

investimento de um banco estrangeiro. A luta dos e das guineenses era, como muito bem salientou Amílcar Cabral, contra o imperialismo, ou, o capital em sua fase monopolista, que seguia repartindo e paralisando o desenvolvimento histórico daqueles povos. Compreendermos isto também nos ajuda a compreender a formulação (constante) de Amílcar Cabral de que a luta de libertação nacional dos e das guineenses combatia o imperialismo (e o colonialismo fascista de Portugal), mas *nunca o povo de Portugal*. Anos depois, a Revolução dos Cravos se proclamava anticolonial. O internacionalismo, para além de ser um dos fenômenos mais lindos do movimento operário, é uma via de mão dupla.

2. 3. Libertação Nacional na teoria...

Pela proximidade quase natural que tratamos de imperialismo e libertação nacional, acima, haveria de se pensar que este último conceito possui ampla definição, não apenas de revolucionários como por parte de historiadores, sociólogos e cientistas políticos. Não necessariamente⁴⁰. Por um lado, existe produção com certo teor de acúmulo, da estratégia nacional-libertadora, ou nacional-democrática⁴¹. A libertação nacional, entretanto, não se encaixa exatamente nesta discussão (embora ambas tenham nascido das mesmas efervescências e contextos). A teorização que encontramos é, quase sempre, militante. Perry Anderson e Basil Davidson, por exemplo, recorrem aos vietnamitas, como Nguen Von Giap, Ho Chi Mihn e Truong Chinh. Davidson ainda acrescenta nesta receita Mao Tsé-Tung e Josip Broz Tito, líderes do socialismo chinês e iugoslavo. Mesmo quando os citam, referem-se muito mais às táticas militares e tipo específico de movimentação de guerrilha. Embora tal discussão tenha seu mérito e seu momento, trata-se, para nós, de definir o conceito, em seu momento histórico com Amílcar Cabral e, posteriormente, com os textos por nós levantados.

Tal questão tem suas raízes, tangenciamos acima, a partir de “questões nacionais”. Na época de Marx e Engels, vemos as primeiras elaborações principalmente

⁴⁰ Um avanço neste sentido é feito por Domenico Losurdo em *A Luta de Classes – uma história política e filosófica* (2015). O início do livro se dedica a perceber as lutas de libertação nacional (à época de Marx e Engels) como componentes intrínsecos da luta de classes, tomando o conceito de forma ampla, mas ao mesmo tempo rigorosamente aplicada, pelo historiador italiano.

⁴¹ Para citarmos apenas um exemplo, a partir do caso brasileiro, ver o trabalho de Anita Prestes, sobre a Aliança Nacional Libertadora e a União Nacional, momentos de aplicação destas estratégias e táticas no Brasil em *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro* (Prestes, 2015, pp. 159-184 e 241-278).

estabelecidas a partir dos casos irlandeses e poloneses⁴² – nações oprimidas por grandes potências, o Império Britânico e Czarista, respectivamente, na exploração de seu povo e na opressão de suas identidades sociais, culturais e mesmo religiosas, em ambos os casos. Com a Primeira Guerra Mundial, o apoio às expressões minoritárias ou oprimidas por grandes potências dá lugar, pela leitura da II Internacional, ao nacionalismo raso, cujas críticas que apresentamos acima fazem parte da polêmica contemporânea.

A Terceira Internacional (ou Internacional Leninista, ou Comunista), decide romper completamente com tal capitulação dos sociais-democratas. Nos estatutos da nova Internacional, fundada por Lênin, lemos o desejo daqueles homens e mulheres de romper “de uma vez por todas com as tradições da Segunda Internacional para a qual existiam apenas povos de pele branca”. O segundo congresso da Internacional Comunista aprovava, nos anos seguintes, as *Teses sobre a questão nacional e colonial*, de Lênin, em que o líder bolchevique defende a união entre os movimentos de libertação nacional e a Rússia soviética (Bottomore, 2012, p. 315). Entretanto, as questões tático-estratégicas acerca da revolução nas colônias e nas “semi-colônias” ainda mudariam muito conforme mudavam o conhecimento de casos específicos, a conjuntura, o advento de um ou outro movimento revolucionário, etc. É o caso, principalmente, do advento da revolução chinesa, e a contrarrevolução de 1926-27. Seria com Mao-Tsé Tung, posteriormente, que a “libertação nacional” ganharia suas perspectivas a partir da “revolução agrária”, conectando-a intrinsecamente às bases da população a ser libertada (Bottomore, 2012, p. 384).

Claro que, entre estas formulações sobre as lutas de libertação nacional e as lutas do povo de Guiné e Cabo Verde existem separando-os em torno de quarenta a cinquenta anos. Neste período, Stálin foi levado ao gulag *post-mortem*, ocorreu o cisma sino-soviético e a própria concepção de libertação nacional modifica-se, conforme modificam-se as concepções trazidas pelas novas revoluções ao redor do mundo: a libertação do nazismo por parte dos Iugoslavos, a Revolução Chinesa, a Revolução Cubana e a Revolução Vietnamita, estas três últimas os casos mais paradigmáticos. Um estudo sobre a libertação nacional, que leve em conta esta elaboração e re-elaboração de conceito tão crucial para homens e mulheres dos anos 1960 e 1970, e que ainda servem de nomenclatura para movimentos atuais (Exército Zapatista de Libertação Nacional, por exemplo), não cabem nos moldes deste trabalho. E, desta forma, não podemos, tal

⁴² O caso irlandês tem destaque na já citada Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional. Neste sentido, ver a antologia de textos deste congresso de Marcelo Musto (2014).

como fizemos com o *imperialismo* de Lênin, leitura muito mais difundida e bem caracterizada, resgatar um ou outro pensador para caracterizar a libertação nacional.

Façamos, então, a pergunta que fizemos na sessão anterior: como Amílcar Cabral caracteriza *libertação nacional*? Durante nossas reflexões sobre imperialismo, vimos que seu principal efeito sobre as populações colonizadas, segundo Cabral, seria a “paralisia ou estagnação” do desenvolvimento social, econômico e cultural daqueles povos. Mais que isso, que a dominação colonialista, a intervenção imperialista, acarretaria na “negação do processo histórico do povo dominado”, através das políticas e das intervenções violentas, causando dano sem paralelo ao contingente das populações afetadas. Ou, utilizando-se termo mais “teórico”, retirando a liberdade de desenvolvimento “das forças produtivas nacionais”. Consequências diretas que já havíamos abordado, conjuntamente com a advertência de Cabral de que, se um movimento de libertação nacional não levasse em conta tais questões, não poderia realizar de fato uma revolução para além da independência nacional – e, por consequência, ocorreria sua subordinação neocolonial. Libertação nacional seria então, “quando e só quando as forças produtivas nacionais são completamente libertadas de toda e qualquer espécie de dominação estrangeira”. Cabral avança mais nesta proposição. Se é verdade que tal concepção se ancora no direito comum a todos os povos de se autodeterminar⁴³,

o fundamento da libertação nacional [...] reside no direito inalienável de cada povo a ter sua própria história: e o objetivo da libertação nacional é a reconquista deste direito usurpado pelo imperialismo, isto é, a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais (Cabral, 1980, p. 34).

Cabral ainda acrescenta: “se considerarmos que libertação nacional exige uma mutação profunda no processo de desenvolvimento das forças produtivas, vemos que o fenômeno de libertação nacional corresponde necessariamente a uma revolução” (Cabral, 1980, p. 34). Tendo em vista a subordinação da economia de Guiné e Cabo Verde às necessidades dos monopólios europeus (para abranger mais do que simplesmente Portugal, neste momento), tal concepção possui, para além de definição teórica, uma proposição prática. A extração de matéria prima e a monocultura de amendoim colocavam a população da Guiné à mercê do trabalho contratado e estabeleciam dinâmica de “exército industrial de reserva” dentre os jovens que saíam

⁴³ Lembremo-nos do contexto pós-segunda guerra mundial e as novas formas de reivindicação da autodeterminação dos povos que abordamos no início do primeiro capítulo.

das aldeias procurando por um ou outro emprego nas cidades, avançando um pouco na interpretação dos dados sociais que Basil Davidson traz em seu relato (Davidson, 1975). Não existe, portanto, uma definição estática ou mesmo descolada da realidade de Guiné e Cabo Verde. E “libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais” não pode ser tomado por fraseologia casuística.

Mas a caracterização de libertação nacional por parte de Amílcar Cabral não termina nestas avaliações. Talvez ainda mais citadas e debatidas, sejam as ligações entre a libertação nacional e a cultura. Em 1970, Cabral realizava conferência em virtude de completar-se um ano da morte de Eduardo Mondlane⁴⁴, e temos nesta conferência uma das melhores definições da libertação nacional e de seus objetivos. Considerando o domínio imperialista como, também, um domínio cultural, e a teoria da assimilação é citada como um dos exemplos de tal, e, sendo a cultura um dos elementos de desenvolvimento de um povo (também ela paralisada, estagnada pelo imperialismo), não é a toa que vemos, segundo Cabral, movimentos de libertação nacional surgirem logo após tentativas de manifestações de retomada cultural dos povos subordinados. Se é libertação nacional, como vimos antes, a materialização do direito dos povos de possuir sua própria história, concluindo-se quando “as forças produtivas nacionais são totalmente libertadas de qualquer espécie de domínio estrangeiro”, a formulação de Cabral se completa:

Um povo que se liberta do domínio estrangeiro não será culturalmente livre a não ser que, sem complexos e sem subestimar a importância das contribuições positivas da cultura do opressor e de outras culturas, retome os caminhos ascendentes da sua própria cultura, que se alimente da realidade do meio e negue tanto as influências nocivas como qualquer espécie de subordinação a culturas estrangeiras (Cabral, 1980, pp. 57-59).

A construção do pensamento de Amílcar Cabral abarcou de forma precisa e constante as necessidades e os objetivos da luta. Desde suas caracterizações de imperialismo, vemos na balança de nosso pensador o peso da realidade e o contrapeso da contestação e das ações necessárias. Se Amílcar Cabral está percebendo no imperialismo uma nova forma de opressão, neste caso, a cultural, o ato oposto deve ser demarcado: “a libertação nacional é necessariamente, um *ato de cultura*” (Cabral, 1980,

⁴⁴ Eduardo Mondlane (1920-1969), fundador e primeiro presidente da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), foi um dos africanos que, juntamente com Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Vasco Cabral e Marcelino dos Santos estudaram na Universidade de Lisboa no fim dos anos 1950. De Mondlane, indicamos, na denúncia do sistema colonialista português, *A estrutura social: mitos e factos* (2012).

p. 59). Tal afirmação não se sustenta sozinha. O caráter de classe que a luta imporia, a direção do partido e das massas e a posterior *reafricanização*, são elementos necessários, após a negação, a esta reconquista da história. Afinal, o colonialismo se impôs de tal forma que a “alienação cultural” do africano para si mesmo torna necessário estes movimentos⁴⁵. Deste processo, culmina o estabelecimento da cultura nacional, tal qual a independência e a classe-nação vinham também se construindo (Cabral, 1980, pp. 60-70).

Resumir estes conceitos e esta reflexão é no mínimo, difícil⁴⁶. Talvez a contribuição mais original de Amílcar Cabral tenha se dado justamente nestas palavras de 1970, mostrando já completo amadurecimento tanto intelectual quanto de líder político, compreendendo tanto as malhas de opressão e negação de si construídos pelo imperialismo, quanto as tarefas no horizonte do movimento.

Reflexão esta que não costuma aparecer muito em nossa bibliografia, como demonstramos no primeiro capítulo. Especialmente Perry Anderson e Ronald Chilcote não desenvolvem os termos da dominação cultural. Claro, as principais obras que analisamos são anteriores mesmo a estas definições de Amílcar Cabral que citamos acima. Entretanto, quando ampliamos o leque e observamos o conceito de libertação nacional, vemos estes dois autores trabalharem-na muito mais enquanto independência, procurando aliar o colonialismo e a brutal exploração do império português à consequência das lutas, ou talvez, mesmo, da *necessidade* destas lutas. Quando avançamos sobre os escritos de Gerard Chaliand e de Basil Davidson, vemos uma gama muito maior de preocupações e de temas que as lutas traziam à tona. A emancipação feminina toma espaço; o estabelecimento das lojas do povo, da economia paralela; o auxílio de educação à população, todas como tarefas da libertação nacional. A conceituação mais estrita, claro, permanece como uma descrição de uma tática de guerra. As fases de uma libertação nacional, por exemplo, são sempre destacadas a partir das ações dos grupos guerrilheiros, de sua inserção entre a população, a fase mais contundente dos ataques às forças colonialistas, etc. Há de se pontuar, entretanto, que Davidson possui o acúmulo, que aparecem nos textos de Cabral, de que o anti-imperialismo, em conjunto com as necessidades de afirmação dos povos e da conquista

⁴⁵ Aqui podemos fazer paralelo a Franz Fanon. Não apenas *Peles Negras Máscaras Brancas* (2008), mas também *Os Condenados da Terra* (1968). Seus estudos marcam muito bem a alienação de si mesmo imposta pelo imperialismo e colonialismo aos negros e negras, especialmente aos africanos.

⁴⁶ Patrícia Villen (2013) compreendeu de forma muito competente a dialética entre a afirmação imperialista e colonialista e a contestação de Amílcar Cabral a partir da conceituação de cultura na libertação nacional. Nossas observações derivam muito de suas conclusões.

de direitos e autonomia confluem para o estabelecimento da libertação nacional em uma revolução social.

A reflexão de Yves Benot, por outro lado, procura muito mais aproximar as lutas de libertação nacional do campo socialista, talvez mais próximo aos objetivos de seu trabalho, da construção de uma teoria e um ideário socialista – ou pelo menos, não teme nem considera pejorativa esta aproximação e construção. Primeiramente, tal concepção deriva da necessidade de encontrar o quadro geopolítico das libertações nacionais. A concepção de unidade africana, que surge concomitante a todo o processo de independência dos anos 1950 e 1960, também se alastra à solidariedade com os povos negros da América e Antilhas. E, aliando-se a concepção anti-imperialista, estaria a negação ao colonialismo e neocolonialismo também aliada a uma necessidade da perspectiva socialista, como o autor deixa por vezes indicado em seu texto seja a partir de um ou outro caso ou mesmo de sua própria opinião⁴⁷ (Benot, 1971).

Entretanto, o que procuramos entender e expor aqui é, muito mais do que uma tática de guerra, a libertação nacional (pelo menos pela experiência de guineenses e cabo verdianos) é uma ampla tática política de destruição de um sistema, cuja ação é intrínseca ao lançamento das bases de construção de outro. Amílcar Cabral e o movimento liderado pelo PAIGC toma libertação nacional como uma *práxis* político-ideológica, que tem como objetivo levar a cabo as tarefas históricas da construção de uma nova sociedade. Tal afirmação nos leva a etapa final de nosso trabalho.

2. 4. ...e na percepção da prática.

Poderíamos aqui retornar às nossas perguntas: como a bibliografia, escrevendo, descobrindo e reescrevendo o processo de libertação nacional de Guiné Bissau e Cabo Verde compreendeu e procurou explicar tal acontecimento? Claro que quando nos referimos a “libertação nacional na prática”, talvez o mais correto, fosse uma análise de fontes primárias, relatos orais e estudo pormenorizado do sistema político implementado nas áreas libertas. Este estudo foge completamente do que nos propomos – por mais válido e interessante que seja. Dentre os objetivos que nos propomos neste trabalho, por outro lado, existe a necessidade de retomarmos a percepção da libertação nacional de nossa bibliografia, aliando a ela a definição que realizamos acima, da

⁴⁷ Outro de posição otimista e que pressupõe o socialismo onde, por vezes, está apenas sugerido é Jean Paul Sartre, em seu prefácio ao livro de Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra* (1968).

historicidade do conceito e de sua compreensão por Amílcar Cabral. Temos identificado que é a partir da leitura e da interpretação de libertação nacional que surgem as principais correntes de pensamento e interpretação do processo histórico vivido por aqueles homens e mulheres. Não que “imperialismo” não seja termo suficiente para os autores apresentarem suas concepções de mundo e sua interpretação da realidade, mas parece ser na definição do termo da luta, e do eu queria aquela luta que se cristaliza com mais precisão a hierarquia de preocupações e visões sobre nosso objeto de estudo.

Começamos novamente quando as paredes de silêncio recém começavam a ruir. Perry Anderson e Ronald Chilcote avaliam libertação nacional de forma bem diferenciadas um do outro. O primeiro procura, em seu texto, as causas da guerra, após já ter caracterizado todo o sistema de dominação e exploração imperialista, ou, *ultracolonialista*, e descreve a situação atual da luta, procurando resgatar, em jornais e revistas de grande circulação da época os elementos da luta armada que escapam do domínio português. Isto e as etapas de uma libertação nacional no sentido de fases da luta armada. Identificando as três fases propostas pelo vietnamita Truong Chinh com as vividas pela guerrilha de Angola e Guiné (Anderson, 1966, pp. 121-124).

Chilcote, autor que, já vemos, acompanhava as movimentações nas colônias portuguesas desde pelo menos 1961, procura alçar muito mais o termo *nacional*, do que necessariamente a *libertação*. Sua leitura do pensamento (e movimento) nacionalista por parte dos africanos desenvolve-se a partir de “sentimentos nacionalistas” desde o início do século, culminando, segundo Chilcote, em Amílcar Cabral e o PAIGC. O destaque do autor gira em torno das causas (corretas), de exploração, racismo e subdesenvolvimento causados pelo colonialismo português, mas parece falhar em ver a libertação nacional – o termo que o autor mais se utiliza durante o livro é de “nacionalismo”. De fato, ao listar a troca de monocultura, a quebra dos domínios dos monopólios e a prática de políticas de saúde e de educação por parte dos revolucionários, os termos que surgem ao historiador são “nacionalismo” e “desenvolvimento” (Chilcote, 1967, pp. 50-53). Em que pese que sim, o desenvolvimento econômico e humano é uma das tarefas que temos pontuado para a libertação nacional, advogado por Amílcar Cabral e o PAIGC, parece reducionismo fechar estas perspectivas em si mesmas.

De fato, nos parece que, embora Perry Anderson estabeleça muito mais as conexões necessárias entre os monopólios portugueses (e outros) e a dominação das colônias em África, em relação a Chilcote, é com Gerard Chaliand e Basil Davidson que

se estabelece muito mais a libertação nacional e o imperialismo enquanto conceitos explicativos do processo histórico que tomava lugar naquelas regiões. Que sejam os textos menos acadêmicos não deve ser tomado como surpresa ou espanto: nem sempre (ou talvez, raramente) é na academia que sínteses necessárias e percepções agudas da realidade se formam.

Em Chaliand, primeiramente, temos forte atenção à estratificação social do povo de Guiné Bissau. As divisões entre a população urbana e, principalmente, a divisão entre as diferentes tribos que compunham a população rural. É esta a população que viria, ao invés da urbana, compor a guerrilha de libertação. A grande atenção que Chaliand dá aos discursos de Amílcar Cabral e às entrevistas que realiza com alguns guerrilheiros nos demonstra que o francês buscava por algo mais do que apenas as estratégias e as fases da guerra. Claro que a identificação de alguns momentos-chaves acompanham sua narrativa, mas não é isto que compõe sua principal atenção. É a “sociologia interna de um *maquis* africano” que o interessa. Desta forma, avaliando as experiências que já haviam passado inclusive pela tomada do poder político (Kwame Nkrumah é sempre o mais lembrado), Chaliand versa sobre o neocolonialismo, criticando também uma espécie de *montanhismo* por parte de movimentos que estagnaram sua revolução após ganhar o apoio de China ou URSS. Embora reconheça que apenas a luta armada, estando na “ordem do dia” será capaz de conquistar as independências e por consequência, melhorias sociais, Chaliand considera que “os movimentos africanos sofreram consideravelmente de sua inabilidade de estabelecer uma ligação entre o movimento de libertação nacional e os objetivos da revolução social” (Chaliand, 1967, pp. 105-106). Posteriormente Chaliand é otimista na perspectiva da construção e da continuação da luta mesmo com o assassinato de Amílcar Cabral. Considera que, mesmo sendo um golpe demasiado forte aos lutadores e lutadoras de Guiné e Cabo Verde, as bases de uma libertação nacional estariam muito bem delimitadas pelas diretrizes que o PAIGC adquiriu de seu principal quadro (Chaliand, 1973).

Temos uma leve perspectiva de Chaliand, a partir de suas preocupações (corretas) com o neocolonialismo, de que a libertação nacional é um processo em separado, ou, talvez, incompleto de “revolução social”. Procura pontuar a necessidade de continuar a luta até as conquistas maiores. Talvez estejamos esquematizando a posição do autor, mas suas preocupações revelam esta posição sutil de “desconfiança positiva”. De qualquer forma, vemos na metade final dos anos sessenta a reflexão da

libertação nacional como algo muito maior do que uma simples tática de guerra e um movimento puramente nacionalista. Basil Davidson irá estabelecer sua visão, talvez mais elaborada e mais complexa de libertação nacional. De fato, podemos ver, em seu texto, Basil Davidson aprendendo com aquele movimento africano, consolidando inclusive princípios:

[...] o primeiro deles é que não se pode fazer a revolta primeiro e pensar na revolução depois. Todas as revoltas anti-imperialistas assumem direção revolucionária. Faz parte de sua própria natureza. Mas só triunfam aquelas que conseguem realizar, no decurso de sua própria luta, uma integração completa dos esforços militar e político dentro de um quadro de pensamento e de objetivos que seja revolucionário (Chaliand, 1975, p. 39).

Um pouco determinista? Talvez. Entretanto, cabe colocar que, nas palavras de Davidson mora um otimismo e uma projeção de um futuro, parece-nos sincero, sobre o futuro daqueles povos, característico do período que escreve. Mais: que todas as políticas postas em prática, desde as guerrilhas que atentavam contra os militares, mas que afirmavam não lutar contra o povo português; desde a alfabetização em massa e tentativa de garantir saúde; até a participação feminina em suas conquistas de direito já apontavam, em si, para outro tipo de revolta. A identificação da democracia criada internamente ao partido, ao exército e nas zonas libertadas, ou, a democracia política, militar e econômica, de Von Nguen Giap, é trazida por Davidson para definir os guineenses (Davidson, 1975, p. 40). Outro elemento que acabaremos percebendo apenas em Davidson é a importância que dá para o Partido, ou o “núcleo partidário” na construção da luta de libertação nacional. Mesmo na construção do estado revolucionário, a grande atenção ao núcleo partidário não é vista em outros autores – o que chama muito a atenção dada a divergência entre esta concepção e a visão “foquista” de Régis Debray, em voga na época da escrita de Davidson (Davidson, 1975, pp 64-65). Este núcleo partidário, caracterizado pelo autor britânico como marxista de fortes características nacionalistas (e nos perguntamos se algum partido revolucionário que tenha levado a cabo uma libertação nacional com algum sucesso tenha sido outra coisa), que faria, portanto, além da libertação nacional, a *revolução*, definida da seguinte forma: “aquele processo de mudança estrutural capaz de ultrapassar não só a sujeição colonial direta, mas também, e mais decisivamente ainda, a sujeição indireta ou ‘neocolonialista’ ” (Davidson, 1975, p. 92).

Outro elemento original desta libertação nacional, que vimos no capítulo anterior chamar a atenção de Immanuel Wallerstein, é a constituição da “nação-classe”, ou, mais que isto, a de “partido-estado”. E nos valem da narrativa de Davidson, ao defini-lo com simplicidade a partir de seu acúmulo com os revolucionários que:

[...] Veem esse estado emergir da revolução, tal esta é encarnada pelo PAIGC: por outras palavras, como uma articulação regular de órgãos do Partido desde a base [com as assembleias e comissões de tabanca] até à Comissão Central. Na medida em que o PAIGC for capaz de alcançar a sua revolução – à parte o problema de ganhar militarmente a guerra –, o PAIGC pode encarnar um Estado democrático, um Estado que os camponeses sentirão muito intimamente como seu e pelo qual, por conseguinte, pagarão impostos, regressarão à vida rural, reconhecerão as novas estruturas legais (Davidson, 1975, pp. 170-171).

Este estado, analisado por Lars Rudebeck, desde suas bases, se identifica, primeiramente, com a ideologia do PAIGC, caracterizada pelo sueco como socialista. Termo este que parece apenas não ser utilizado devido a preocupação dos dirigentes, em especial Amílcar Cabral, do povo se reconhecer na ideologia e programa desta nova sociedade em seus próprios termos (Rudebeck, 1974, pp. 90-91).

Outro termo que aparece com menos significância em seus escritos é, mesmo, libertação nacional. Neste sentido, o autor, cientista social, procura estabelecer o conceito “mobilização política”. Para Rudebeck, seria um termo mais amplo que a “mobilização revolucionária”, esta a necessária “apenas” para a mobilização de guerra contra o colonialismo (consideramos um tanto errôneo sugerir a mobilização para a guerra como sendo correlato à “revolução”, visto que seria este o termo de construção do poder paralelo e da própria participação popular, além da emancipação pelo socialismo). Sua aplicabilidade se dá no fato de que o poder político legítimo, em longo prazo, constrói as estruturas propostas no início da luta. Os mecanismos da mobilização política, a partir de fortes lideranças, com ativa participação na luta e a democracia local e o controle coletivo (inclusive na terminologia do PAIGC, como “centralismo democrático” e “democracia revolucionária”), estão presentes no novo estado em construção. O otimismo cuidadoso de Lars Rudebeck se ancora no fato de que nenhuma destas instituições e construções por si só garantem a construção do socialismo. Inclusive por questões externas, que podem balançar fortemente as políticas internas. Mas que suas aplicações, a partir da ideologia construída pelo PAIGC para e durante a

luta, tem conseguido com sucesso estabelecer as bases para uma nova sociedade⁴⁸ (Rudebeck, 1974, pp. 248-252).

De forma nenhuma procuramos afirmar nesta etapa final do trabalho que a construção de uma nova sociedade estava em plena constituição e que, foram nos anos vindouros que destruiu-se pouco a pouco daquilo conquistado pela revolução. Nem ao menos estamos a afirmar que o socialismo já estava “a jusante” da luta de libertação nacional de Guiné Bissau e Cabo Verde desde a fundação do PAIGC. Estas são indagações que nos guiam, muito provavelmente guiarão ainda outros nestes estudos. Reafirmamos, entretanto, nossa busca pela definição de libertação nacional como algo muito mais profundo e ainda de necessária conceituação – articulada fortemente com o estágio de desenvolvimento do capitalismo, o imperialismo e, também, outro, a luta de classes. Que a luta daqueles povos tenha redundado em um ou outro caminho, que pode não ter sido o que se almejava inicialmente, não pode ser motivo para se apagar as acertadas decisões, anticolonialistas, antirracistas e anti-imperialistas.

O otimismo, ora mais contido, ora menos, por parte dos autores que tratamos, em especial daqueles que estiveram no continente africano durante a luta daqueles povos, pode ser compreendido, também, dentro do contexto em que viviam. A história não tinha acabado, o capitalismo era um sistema em disputa e mesmo moribundo, e os homens e as mulheres faziam história. Ainda tínhamos o horizonte da utopia. Hoje, parece-nos, seguimos tapando nossos próprios olhos aos horizontes legados pelo passado. Que, diga-se de passagem, são todos horizontes *ainda* abertos, *ainda* válidos e *ainda* possíveis.

Nô pintcha.

⁴⁸ Ao revisitar algumas destas concepções, Lars Rudebeck conjuga a leitura de libertação nacional com a da conquista da democracia. O estabelecimento de um regime verdadeiramente democrático teria sido uma das tarefas principais que Cabral se colocou, sem necessariamente poder ter criado uma espécie de “teoria da transição” em um momento de independência conquistada (Rudebeck, 2011).

Conclusão.

Em um primeiro plano, a pergunta que nos trouxe até esta pesquisa foi a conjunção de duas questões por nós trazidas, referentes à Florestan Fernandes e Lincoln Secco. Basta o processo de libertação nacional para a construção de novos pensadores da transição ao socialismo e, mesmo, da própria transição ao socialismo? Está, a jusante das revoluções o socialismo? Para responder a esta questão, que, de certa forma, é feita a muitos outros processos revolucionários ao redor do mundo, será necessária ainda outras pesquisas, cujas principais diretrizes já expomos abaixo. Detivemo-nos, portanto, em outra especificidade. A partir da produção, mais ou menos acadêmica, sobre a libertação nacional em Guiné Bissau e Cabo Verde, como se estabeleceu a leitura do imperialismo – enquanto sistema de opressão e exploração dos povos, que origina e foi originado pela ocupação militar, social e econômica dos continentes de Ásia e África – e da libertação nacional – enquanto processo histórico de re-conquista da autodeterminação e superação dos modelos impostos pelo colonialismo e imperialismo?

Uma das características interessantes acerca do levantamento que realizamos é, que por mais que certas linhas de interpretação e leitura da realidade tenham surgido, elas se baseiam, via de regra, a partir das mesmas fontes. Em um primeiro momento, vemos os autores cercando as principais temáticas, identificando as origens do colonialismo português e as causas das lutas de libertação. Caracterizado principalmente pelas visões de Ronald Chilcote e Perry Anderson, vemos o primeiro autor, em uma visão mais liberal, sustentar até o ano de 1967, a independência e o nacionalismo como fatores principais dos fenômenos em África – embora, com justiça, registre a incapacidade de Portugal fascista realizar qualquer política positiva para as populações africanas, resultando em uma legitimação, se não explícita, sugerida, daqueles movimentos.

Perry Anderson, por outro lado, busca uma síntese, uma explicação não apenas causal, mas também estrutural para o fim do império português, que termina pelas mãos dos colonizados revoltosos. A articulação do sistema imperialista como explicação para a situação vivida pelas colônias africanas e como legitimação de suas lutas se encontra com força e de forma competente, à revelia de sua conceituação, tão própria, de *ultracolonialismo*. Concordemos ou não com a caracterização de Anderson, sua tentativa é a de incluir Portugal no sistema imperialista global (subordinado aos imperialismos britânico, francês e estadunidense, por exemplo), ressaltando suas

particularidades e especificidades, tanto de longo termo (retendo, até 1974 suas colônias adquiridas na expansão marítima) quanto de curta e imediata relação com suas províncias (os sistemas laborais impostos, dos anos 1930 a 1960). Consideramos este tipo de síntese como central, e deverá retornar para se caracterizar, na totalidade, o imperialismo português e as lutas de libertação nacional. Estas, não caracterizadas de nenhuma forma pelo historiador britânico, apenas ressaltando as formas de luta e etapa (na época) atual de conquista de territórios.

Dois autores que utilizamos quase que conjuntamente, Gerrard Chaliand e Basil Davdison, conseguiram, em relato não acadêmico, considerar com muito mais profundidade as intervenções dos monopólios internacionais e o tipo de luta necessária em África. A amplidão que os autores descrevem das capacidades e possibilidades da guerra caracterizam muito mais a libertação nacional do que qualquer outro autor (mesmo posteriormente, por vezes). Em fins dos anos 1960, começa-se já a perguntar-se o que aqueles e mulheres construirão para a substituição do sistema colonialista. Ambos os autores dão a palavra muito mais aos próprios guerrilheiros e suas lideranças, do que necessariamente criam conceituações: o que possibilita que suas obras sejam ainda, importantes contribuições. “As mesmas fontes” que referenciamos acima começam a aparecer nestes textos: boletins do PAIGC e o *Relatório Geral* e *A Arma da Teoria* de Amílcar Cabral.

Mesmo em Yves Benot, anos depois, a leitura que faz do PAIGC e das possibilidades revolucionárias na África “portuguesa” se baseia muito nos mesmos escritos, acrescido (o autor publica a primeira versão em 1969 e a estende em 1971) do texto *Libertação Nacional e Cultura*, outra contribuição de Cabral que será amplamente utilizada por todos os outros autores que utilizamos na metade final do primeiro capítulo. São as concepções e conceitos trazidos por Cabral nestes textos que embasaram (e ainda embasam) em muito os estudos da libertação nacional em Guiné Bissau e Cabo Verde – servindo também de comparação e acúmulo teórico para outros estudos de outros processos revolucionários. Entretanto, estes escritos da parte final que referenciamos, por vezes afastam-se das leituras necessárias do sistema imperialista. Uma gradual separação destes fenômenos parece estar sendo sugerida já em finais do processo revolucionário. Assim como a própria falta de caracterização da libertação nacional, que, via de regra, ainda carece de maior estudo.

São estas as principais bases de compreensão da luta armada, da luta de libertação nacional e do imperialismo por parte dos autores, historiadores e demais

pensadores que se debruçaram sobre aqueles acontecimentos históricos em Guiné Bissau e Cabo Verde. Consideramos que o afastamento das perspectivas de imperialismo e libertação nacional podem afastar também maiores sínteses necessárias para o estabelecimento de estudos históricos que visem a explicação dos fenômenos inerentes a tal luta. Podem, também, criar falsas proporcionalidades em vistas do acúmulo da teoria revolucionária. Em outras palavras, os escritos do PAIGC, de Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral e demais revolucionários de Guiné e Cabo Verde podem ser “lidos” sem a totalidade que os caracterizou a partir da negação de um sistema e afirmação de outro. Podem-se criar recortes que retirem conceitos da leitura revolucionária da realidade sem suas características revolucionárias intrínsecas.

Não parece ser demasiado acrescentar à estas conclusões, outras que sejam para próximas pesquisas. Seja a (i) de maior compreensão do processo revolucionário como um todo dentro de suas etapas, fases, ou qualquer outra divisão acerca da situação da luta. O que *inclui, porém não se limita*, às fases da guerrilha e táticas militares adotadas. A (ii) articulação da “luta de libertação nacional”, enquanto conceito de uma fase e uma estratégia política de transformação social com o de “imperialismo”, em suas diversificadas formas de dominação e exploração – tal qual se articulou em diversos momentos na historiografia dos últimos anos a resistência da cultura e a criação dos pensamentos de *negritude* com a necessidade de se destruir as legitimações coloniais. E, talvez fundamentalmente, (iii) um estudo profundo das bases da luta e da produção, tanto em termos de fontes documentais quanto de ações políticas concretas, que visavam (ou poderiam visar) o socialismo.

REFERÊNCIAS

OBRAS DE AMÍLCAR CABRAL:

CABRAL, Amílcar. *Return to the source*. Nova York: Monthly Review Press, 1973.

_____. “Prefácio”. In: DAVIDSON, Basil. *A libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1975 (1969).

_____. *Unity and Struggle*. Nova York: Monthly Review Press, 1979.

_____. *A arma da teoria*. Rio de Janeiro: Codecri. 1980.

_____. *Unité et lutte* Paris: Petit Collection Maspero, 1980a.

_____. “Libertação nacional e cultura”. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org). *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2012, pp. 355-376.

BIBLIOGRAFIA 1960-1969:

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

CHALIAND, Gerard. *Armed Struggle in Africa – With the Guerrillas in Portuguese Guinea*. Nova York: Monthly Review Press, 1969 (1967).

CHILCOTE, Ronald H. *Portuguese Africa*. Nova Jersey: Prentice Hall Inc., 1967.

_____. “The Political Thought of Amilcar Cabral”, *Journal of Modern African Studies*, vol. 6, no. 3, p. 373–388, 1968.

DAVIDSON, Basil. *A libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1975 (1969).

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1968 (1961).

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008 (1952).

NKRUMAH, Kwame. *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism*. Nova York: International Publisher, 1965.

SARTRE, Jean Paul. "Prefácio" In: *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1968, pp. 1-21.

BIBLIOGRAFIA 1970-1974:

AMIN, Samir. "Sous-développement et dépendances en Afrique noire: les origines historiques et les formes contemporaines". In: *Tiers-Monde*, tome 13 n°52. Le capitalisme périphérique. 1972, pp. 753-778.

AHMED, Feroz. "Amilcar Cabral: An Editorial." *Pakistan Forum*, vol. 3, no. 4 "Amilcar Cabral", *Objective Justice*, vol. 5, no. 1, 1973, pp. 2-3.

ANDRADE, Mário de. "Amilcar Cabral: perfil d'un révolutionnaire africain," *Présence Africaine*, vol. 86, no. 2, 1973.

_____. *A geração de Cabral*. 1973b. CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10198.001> (2018-1-31).

BENOT, Yves. *Idéologies des indépendance africaines*. Paris: François Maspero, 1972 (1969).

BLACKKEY, Robert. Fanon and Cabral, a contrast in theories of revolution for Africa. In: *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 12, No. 2, 1974, pp. 191-209.

CHALIAND, Gerard. "The PAIGC without Cabral: An Assessment. An Interview with Gérard Chaliand", *Ufahamu*, vol. 3, no. 3, pp. 87-95, 1973.

DADOO, Yusuf. "Amilcar Cabral: Outstanding Leader of Africa's Liberation Movements", *African Communist*, no. 53, pp. 38-43, 1973.

DAVIDSON, Basil. "Guinea-Bissau and the Cape Verde Islands: the Transition from War to Independence", *Africa Today*, vol. 21, no. 4., 1974

RUDEBECK, Lars. *Guinea-Bissau: A Study of Political Mobilization*, Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. "The Lessons of the PAIGC," *Africa Today*, vol. 18, no. 3, pp. 62-68, 1971.

BIBLIOGRAFIA GERAL:

AMIN, Samir. "Imperialismo, passado e presente". In: *Tempo*, 2005, Rio de Janeiro, n° 18, pp. 77-123.

ANJOS, José Carlos Gomes. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*, Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

ANDRADE, Mário de. *Amílcar Cabral: Essai de biographie politique*. Paris: François Maspero, 1980.

AA.VV. *Continuar Cabral: simpósio internacional Amílcar Cabral*, 1984, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983", Grafedito; Prelo - Estampa, S.l., CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34137 (2018-1-31)

- AZEVEDO L. e RODRIGUES M. *Diário da Libertação (a Guiné-Bissau da Nova África)*. São Paulo: Editora Versus, 1977.
- BARBOSA, Rogério Andrade. *La-le-li-lo-luta (um professor brasileiro na Guiné-Bissau)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- BOTTOMORE, Tom (ed). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2012.
- BRAGANÇA, Aquino de e WALLERSTEIN, Immanuel (ed). *African Liberation Reader - Documents of the National Liberation Movements - Vol 2 The National Liberation Movements*. Londres: Zed Press, 1982.
- BURCHETT, Wilfred. *Vietnã – a guerrilha vista por dentro*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CAHEN, Michel. “Lénine, l’impérialisme portugais, Gervase Clarence-Smith”. In: *Cahiers d’études africaines, Mémoires, Histoires, Identités*. vol. 27, n°107-108, 1987, pp. 435-442.
- _____. “Anticolonialism & Nationalism: Deconstructing Synonymy, Investigating Historical Processes”. In: Éric Morier-Genoud (ed.), *Sure Road ? Nations and Nationalisms in Guinea, Angola and Mozambique*, Leyde: Brill. 2012, pp. 1-30.
- COMITINI, Carlos. *Amílcar Cabral: a arma da teoria*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1980.
- DOWBOR, Ladislau. *Guiné-Bissau A busca da independência econômica*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1983.
- FAGE, J. D. & OLIVER, Roland (Ed.). *The Cambridge History of Africa. Volume 8 - from c. 1940 to c. 1975*. Cambridge: University Press, 1984.
- FERNANDES, Florestan. “Apresentação”, In: AZEVEDO L. e RODRIGUES M. *Diário da Libertação (a Guiné-Bissau da Nova África)*. São Paulo: Editora Versus, 1977.
- _____. *Marx Engels Lênin: a história em processo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GOMES, Patrícia. “Guinea-Bissau e isole di Capo Verde: partecipazione femminile alla lotta politica”. In: CARCANGIU Bianca Maria: *Donne e potere nel continente africano*. L’Harmattan Italia. Torino, 2004, pp.192-244.

_____. *Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973) – Organização do Estado e relações internacionais*. Torino: L’Harmattan Italia, 2010.

_____. “A importância das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) na luta pela libertação de Guiné-Bissau”, In: UNISUL, Tubarão, v. 3, n. 6, p. 121 - 139, Jul./Dez. 2010a.

_____. “Amilcar Cabral and Guinean Women in the fight for emancipation”. In: MANJI e FLETCHER (ed). *Claim no easy victories – the legacy of Amilcar Cabral*, Dacar: Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA) e Daraja Press, 2013.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LOPES, Carlos (org). *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*, São Paulo: UNESP, 2011.

LOSURDO, Domenico. “O significado histórico da Revolução de Outubro, parte III”. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.6, p.51-82, 1998.

_____. “Como nasceu e como morreu o marxismo ocidental”. In: *Estud. sociol.*, Araraquara, v.16, n.30, p.213-242, 2011.

_____. *A Luta de Classes – uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, Györg. *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975.

MACEDO, José Rivair (Org.) *O Pensamento Africano no Século XX*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MANJI e FLETCHER (ed). *Claim no easy victories – the legacy of Amilcar Cabral*, Dacar: Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA) e Daraja Press, 2013.

MAZRUI, Ali (ed). *História Geral da África, Vol. VIII – África desde 1935*, Brasília: UNESCO, 2010.

MONDLANE, Eduardo. “A estrutura social: mitos e factos”; “Resistência: a procura de um movimento nacional”. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org). *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2012, pp. 309-354.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. *Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado Nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)*, tese de doutorado, Salvador: UFBA, 2013.

MUSTO, Marcelo (org.). *Trabalhadores, uni-vos! Antologia Política da I Internacional*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PEREIRA, Aristides. “PAIGC balanço de 20 anos de luta pela libertação nacional da Guiné e Cabo Verde (1956-1976)”, 1976. CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10192.001.032> (2018-6-18).

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo, Boitempo, 2015.

ROBINSON, Cedric. *Black Marxism – the making of the black radical tradition*. Carolina do Norte: The university of North Carolina Press, 2000.

RODNEY, Walter. *A history of the Upper Guinea Coast 1545 to 1800*. Oxford: Oxford University press, 1970.

_____. *How Europe underdeveloped Africa*. Londres: Bogle-L'Ouverture Publications, London e Dar-Es-Salaam: Tanzanian Publishing House, 1973.

RUDEBECK, Lars. “Uma interpretação das teorias de Cabral sobre a democracia”, In: LOPES, Carlos (org). *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*, São Paulo: UNESP, 2011.

SANTOS, Aurora Almada. “Comitê de descolonização da organização das nações unidas e a legitimação da luta armada nas colônias portuguesas: 1965-1974”, In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

SCHLICKMANN, M. “As trajetórias dos estudos africanos no Brasil”, In: *Temporalidades*, v. 8, n. 1 (jan./maio). Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. Alameda: São Paulo, 2004.

TRAJANO FILHO, Wilson. “O projeto nacional na Guiné Bissau: uma avaliação”, In: *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 3. Porto Alegre, p. 913-943, set.-dez. 2016

URDANG, Stephenie. *Fighting Two Colonialisms: Women in Guinea-Bissau*, Monthly Review, New York, 1979.

VILLEN, Patrícia. *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.